RADAR IDHM

EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SEUS ÍNDICES COMPONENTES NO PERÍODO DE 2012 A 2017

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

RADAR IDHM

EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SEUS ÍNDICES COMPONENTES NO PERÍODO DE 2012 A 2017

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional, Substituto
Manoel Rodrigues dos Santos Junior

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Aristides Monteiro Neto

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura, Substituto
Bruno César Pino Oliveira de Araújo

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação
Mylena Pinheiro Fiori

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Carlos Von Doellinger
Presidente do Ipea

Katyna Argueta
Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil

Helger Marra Lopes
Presidente da Fundação João Pinheiro (FJP)

SUPERVISÃO

Marco Aurélio Costa
Coordenador em INCT em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial e Coordenador de Estudos em Desenvolvimento Urbano (CODUR) – Ipea

Maristela Marques Baioni
Representante Residente Assistente para Programa do PNUD no Brasil

Maria Luiza de Aguiar Marques
Pesquisadora em ciência e tecnologia – FJP

COORDENAÇÃO

Samantha Dotto Salve
Coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano – PNUD

Bárbara Oliveira Marguti
Coordenadora técnica do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Ipea

Vera Scarpelli Castilho
Pesquisadora em ciência e tecnologia – FJP

EQUIPE TÉCNICA

IPEA

Carlos Vinícius da Silva Pinto
Rodrigo Marques dos Santos

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Gabriel Cabral de Miranda Vettorazzo
Lara Cristina Borges
Nikolas de Camargo Pirani
Vanessa Gomes Zanella

Fundação João Pinheiro (FJP)
Denise Helena França Marques Maia
Fernando Martins Prates
Mônica Galupo Fonseca Costa
Priscilla de Souza da Costa Pereira

Organização
Carlos Vinícius da Silva Pinto
Marco Aurélio Costa

Edição
Ipea

Projeto gráfico e capa
Julia Libório

RADAR IDHM

EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SEUS ÍNDICES COMPONENTES NO PERÍODO DE 2012 A 2017

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS

PNUD
Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

ipea
Brasília, 2019

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2019

Radar IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período

de 2012 a 2017. – Brasília : IPEA : PNUD : FJP, 2019.

65 p. : il., gráfs., mapas color.

ISBN: 978-85-7811-350-6

1. Índice de Desenvolvimento Humano. 2. Desigualdade Social. 3. Indicadores Sociais. 4. Políticas Públicas. 5. Governo Local. 6. Regiões Metropolitanas. 7. Brasil. I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Fundação João Pinheiro.

CDD 361.981

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio CRB-1/1650

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7
INTRODUÇÃO 10
1 ANÁLISE GERAL DA TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DO IDHM NO BRASIL 13
2 AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS UFs BRASILEIRAS 23
3 AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS RMs DO PAÍS 39
CONSIDERAÇÕES FINAIS 51
ANEXO METODOLÓGICO 55

APRESENTAÇÃO

A divulgação do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013, com os dados brutos extraídos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, não esgotou os avanços que viriam a seguir, com uma progressiva expansão das informações disponíveis na plataforma para novas territorialidades, para anos mais recentes e para desagregações por sexo, cor e situação de domicílio. Tais avanços são fundamentais dada a velocidade de transformação socioeconômica em que vivemos nos dias atuais.

O Radar IDHM dá continuação ao esforço de divulgar as informações mais atualizadas possíveis para reconhecimento das diferentes faces da realidade social brasileira. O objetivo é observar o comportamento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)[1] de maneira a oferecer ao gestor público as informações mais atualizadas possíveis sobre a realidade estadual e metropolitana com base nos resultados e tendências dos indicadores que colaboram com a compreensão ampliada das necessidades, recursos e potencialidades dos diferentes grupos sociais em superar as desigualdades.

Avanços importantes foram observados nos indicadores de desenvolvimento humano no período entre 2000 e 2010. Para avaliar o período seguinte, aqui são apresentados os resultados calculados com informações produzidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos de 2012[2] a 2017. Este documento analisa a tendência dos resultados para o Brasil com desagregações por cor e sexo, Unidades da Federação (UFs) e regiões metropolitanas (RMs) com o objetivo de destacar os principais resultados do IDHM com base nessa pesquisa atualizada. A seguir, são apresentados alguns destaques dos resultados considerados mais expressivos para o Brasil, as UFs e as RMs pela avaliação desta pesquisa.

De 2016 a 2017, o IDHM do Brasil cresceu de 0,776 para 0,778. Tal crescimento ocorreu a despeito da leve queda no valor do índice da dimensão Renda (de 0,748 para 0,747, refletindo uma queda de 0,92% no valor da renda *per capita*, que passou de R$ 842,04 para R$ 834,31). Porém, esse decréscimo foi recuperado pelo crescimento dos índices das dimensões Longevidade (de 0,845 para 0,850, refletindo o crescimento da esperança de vida de 75,72 anos para 75,99 anos) e Educação (de 0,739 para 0,742). No caso desta última, destaca-se que seu crescimento deveu-se estritamente ao crescimento do subíndice de Frequência Escolar, uma vez que o subíndice de Escolaridade da população adulta permaneceu praticamente constante (o indicador percentual da população adulta com fundamental completo passou de 64,41 para 64,31).

A diferença entre brancos e negros é significativa, mas reduziu-se: enquanto o IDHM dos brancos caiu de 0,819 para 0,817, o dos negros elevou-se de 0,728 para 0,732. No caso da população branca, houve queda dos índices das dimensões Renda (de 0,801 para 0,798, em função do recuo de R$ 1.165,93 para R$ 1.144,76 na sua renda per capita) e Educação (de 0,799 para 0,795). Neste último caso, retrocederam tanto o subíndice de Frequência

1. Corresponde à medida do grau de desenvolvimento humano das territorialidades brasileiras. O índice é composto por três dimensões: Longevidade, Educação e Renda. Para mais informações, acessar: <www.atlasbrasil.org.br>.
2. Os dados com informações da renda domiciliar *per capita* só foram disponibilizados para 2016 e 2017. Portanto, o IDHM geral não pôde ser calculado para os anos anteriores a 2016.

Escolar como o de Escolaridade (a população adulta com fundamental completo passou de 70,81% para 70,29%). Por sua vez, o índice da dimensão Longevidade cresceu (de 0,857 para 0,860, devido ao aumento da esperança de vida de 76,41 para 76,62 anos).

No caso da população negra (pretos e pardos), houve crescimento do índice de todas as três dimensões: de 0,808 para 0,812 na Longevidade (a esperança de vida subiu de 73,46 para 73,69 anos); de 0,686 para 0,689 na Renda (com a renda per capita passando de R$ 571,70 para R$ 580,79); e de 0,695 para 0,702 na Educação (com ligeira elevação tanto do subíndice de Frequência Escolar como do de Escolaridade, com a porcentagem de adultos com fundamental completo passando de 58,80 para 59,24).

Em 2017, mesmo com a queda da renda dos brancos, estes possuíam renda *per capita* aproximadamente duas vezes maior que a renda de negros.

A diferença entre homens e mulheres também foi reduzida, quando se considera o IDHM ajustado pelas diferenças de rendimento do trabalho. O IDHM-Ajustado dos homens subiu ligeiramente, de 0,772 para 0,773, enquanto o das mulheres passou de 0,769 para 0,772, praticamente se equiparando ao dos homens. Tal redução da desigualdade deveu-se principalmente à queda na diferença entre homens e mulheres na dimensão Renda, única em que o índice das mulheres, quando ajustado pela renda do trabalho, é inferior ao dos homens. Assim, de 2016 a 2017, o índice de Renda ajustado dos homens caiu de 0,818 para 0,814 e o das mulheres subiu de 0,658 para 0,660. Enquanto isso, o índice de Educação dos homens passou de 0,716 para 0,717 e o das mulheres, de 0,763 para 0,767, e o índice de Longevidade dos homens cresceu de 0,786 para 0,791 e o das mulheres, de 0,905 para 0,909.

Em 2017, a renda do trabalho média dos ocupados atingia R$ 1.543,21 no caso dos homens e R$ 1.165,59 no das mulheres. Em ambos os grupos, percebe-se redução em comparação com os valores de 2016 (R$ 1.573,58 e R$ 1.180,21, respectivamente). Na dimensão Longevidade, a esperança de vida dos homens era de 72,46 anos e a das mulheres, de 79,56 anos. Já na dimensão Educação, a porcentagem de adultos com fundamental completo era de 62,90 para os homens e de 65,58 para as mulheres.

Dentre as 27 UFs, seis apresentaram redução no IDHM: Acre, Roraima, Rio Grande do Norte, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal. Os maiores avanços foram observados no Amazonas e na Paraíba. As disparidades interestaduais são grandes: em 2017, o IDHM atingia 0,850 no Distrito Federal e 0,826 em São Paulo, enquanto ficava em somente 0,687 no Maranhão e 0,683 em Alagoas. Apenas no Distrito Federal e nos estados das regiões Sul e Sudeste, os valores do IDHM eram superiores ao do país.

Os índices das dimensões Renda e Educação recuaram em onze UFs. Por sua vez, todas as 27 UFs apresentaram tendências de avanço positivas no IDHM Longevidade (IDHM-L) para o período. Em 2017, o índice da dimensão Longevidade variava de 0,890 no Distrito Federal (com esperança de vida de 78,37 anos) e 0,875 em Minas Gerais a 0,771 no Piauí e 0,764 no Maranhão (esperança de vida de 70,85 anos), uma diferença de 0,126 entre o maior e o menor (ou de 7,52 anos em termos de esperança de vida ao nascer). Por sua vez, o índice da dimensão Educação variava de 0,828 em São Paulo e 0,804 no Distrito Federal a 0,640 em Sergipe e 0,636 em Alagoas, diferença de 0,192 entre o maior e o menor.

O percentual de adultos com fundamental completo era de 78,72% no Distrito Federal e de apenas 50,41% em Alagoas.

A maior disparidade encontra-se no caso da dimensão Renda: o índice atingia 0,859 no Distrito Federal (equivalente a uma renda *per capita* de R$ 1.681,05) e 0,796 em São Paulo, ficando em apenas 0,639 em Alagoas e 0,623 no Maranhão (equivalente a uma renda *per capita* de R$ 387,34). Constata-se uma diferença de 0,236 entre o maior e o menor, ou seja, o Distrito Federal apresentava uma renda *per capita* quatro vezes maior que a do Maranhão.

Das vinte RMs consideradas pela pesquisa, juntamente com a região integrada de desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina, oito apresentaram redução no IDHM entre 2016 e 2017: Natal, Cuiabá, São Paulo, São Luís, Maceió, Recife, Macapá e Curitiba. Os maiores avanços ocorreram em Manaus e em Teresina. As disparidades entre as RMs são menores que entre os estados: em 2017, o IDHM atingia os maiores valores em Florianópolis (0,840) e em São Paulo (0,836) e os menores valores em Macapá (0,746) e Maceió (0,721). Em doze RMs, todas elas localizadas nas regiões Norte e Nordeste, o IDHM era inferior ao do país.

Os índices das dimensões Renda e Educação recuaram em dez RMs. No caso da dimensão Longevidade, o índice cresceu em todas elas. Em 2017, variava de 0,863 em Florianópolis (esperança de vida de 76,78 anos) e 0,837 em Belo Horizonte a 0,779 em Maceió e 0,751 em São Luís (esperança de vida de 70,07 anos), uma diferença de 0,112 entre o maior e o menor (ou de 6,71 anos em termos de esperança de vida ao nascer). Por sua vez, o índice da dimensão Renda atingia 0,828 em Florianópolis (com renda *per capita* de R$ 1.378,87) e 0,824 em São Paulo, ficando em apenas 0,695 em Maceió e 0,676 em São Luís (com apenas R$ 535,44), diferença de R$ 843,4 entre o maior e o menor.

Entre as RMs, a maior disparidade é observada na dimensão Educação: seu índice variava de 0,851 em São Paulo e 0,830 em Florianópolis a 0,712 em Natal e 0,692 em Maceió, diferença de 0,159 entre o maior e o menor. A porcentagem de adultos com fundamental completo atingia 80,00 em São Luís e apenas 62,12 em Maceió.

INTRODUÇÃO

Em 2000, o mundo comprometeu-se a enfrentar os principais problemas de desenvolvimento. Reduzir a fome e a pobreza extrema à metade até 2015 era o principal desafio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que continham também metas como a igualdade de gênero, a promoção da educação, da saúde, da qualidade de vida e do respeito ao meio ambiente. Desde então, inúmeros avanços ocorreram no Brasil e no mundo: o número de pessoas agora vivendo em extrema pobreza diminuiu mais da metade, passando de 1,9 bilhão em 1990 para 836 milhões em 2015 (Banco..., 2018). O ODM 1, por exemplo, que pretendia reduzir a fome e a pobreza extrema até 2015 à metade, em comparação à 1990, foi alcançado pelo Brasil ainda em 2002.[1]

Apesar dos avanços, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades continuam a ser parte dos principais desafios para o desenvolvimento humano e sustentável. No Brasil, por exemplo, ainda que ótimos resultados tenham sido alcançados na redução da pobreza, é possível identificar uma nova tendência, de aumento desta, ou seja, de redução da renda *per capita* da população, com o ingresso de pessoas na situação de pobreza e uma estagnação no índice de Gini. No país, embora tenha ocorrido a redução das desigualdades entre os diferentes grupos sociais, ainda é bastante evidente a existência das disparidades regionais.

Cientes do desafio de avançar em um desenvolvimento humano, inclusivo e sustentável, líderes de 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram, em 2015, uma nova agenda de desenvolvimento. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas e o planeta que conta com dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem alcançadas até 2030 e tem como lema não deixar ninguém para trás.[2]

Para monitorar os avanços no desenvolvimento e no combate à pobreza e às desigualdades, é necessária a construção de ferramentas que disponibilizem a todos, de forma simples e amigável, informações de qualidade, atualizadas, periódicas e desagregadas.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil[3] é uma dessas ferramentas. É uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UFs), 21 regiões metropolitanas (RMs) e três regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), áreas similares a bairros, mas mais homogêneas do ponto de vista socioeconômico. O atlas traz, além do IDHM, mais de 220 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Assim, a ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano dos municípios, estados e RMs.

Como o atlas é baseado exclusivamente nos Censos Demográficos, realizados de dez em dez anos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a crescente necessidade de os gestores públicos, pesquisadores e cidadãos terem uma análise mais atualizada das tendências dos indicadores em suas regiões levou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ipea a criarem um novo estudo vinculado ao atlas:

1. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>.
2. Para mais informações, acessar: <http://www.agenda2030.com.br/>.
3. Para mais informações, acessar: <http://atlasbrasil.org.br/2013>.

o *Radar IDHM*. O intuito é atender a essa demanda por meio do monitoramento das tendências do índice e de seus componentes nos anos intercensitários. Nesse sentido, este texto traz algumas análises dessas tendências para o período de 2012 a 2017.[4]

O Radar IDHM utiliza as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua,[5] também do IBGE, que apresenta uma estrutura de questionário bastante similar à dos Censos Demográficos.[6] Espera-se, com o Radar IDHM, qualificar o desenho e a produção de políticas públicas, apoiando o trabalho de gestores, pesquisadores e acadêmicos que se dedicam a avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento humano no Brasil contemporâneo.

Além do IDHM e dos seus três subíndices – IDHM Educação (IDHM-E), IDHM Longevidade (IDHM-L) e IDHM Renda (IDHM-R) –, o Radar IDHM disponibiliza um conjunto de sessenta indicadores socioeconômicos que permitem ampliar a análise do desenvolvimento humano nas áreas estudadas. Contudo, por limitações impostas pela característica amostral da pesquisa, são disponibilizados dados somente para o Brasil, as 27 UFs, vinte RMs e a RIDE Grande Teresina.[7]

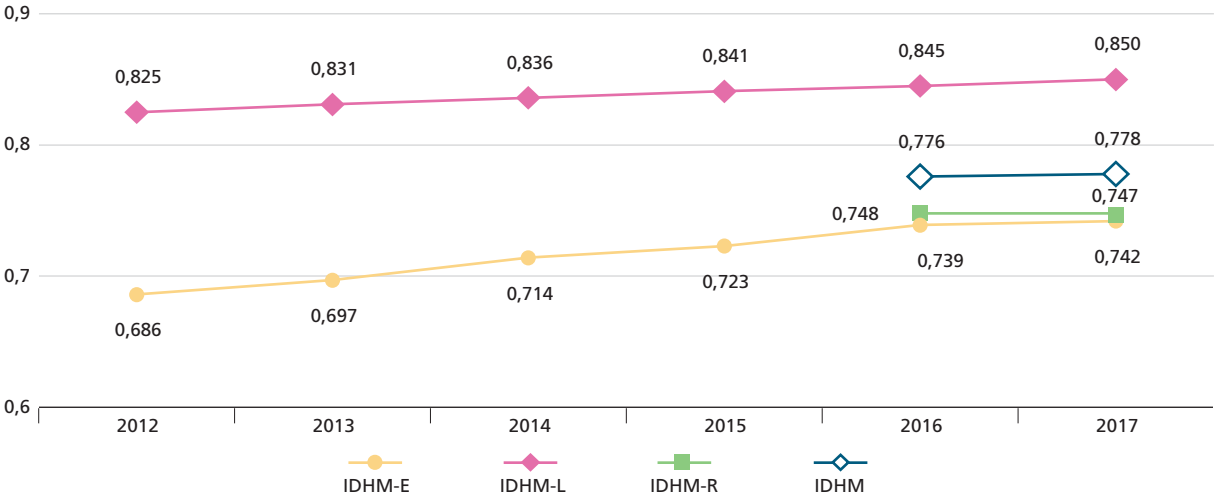
4. Para mais informações, acessar: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm>.
5. Inicialmente, a proposta de divulgação do Radar IDHM foi elaborada com informações obtidas por meio da PNAD Anual. A partir de 2016, a substituição definitiva feita pelo IBGE da pesquisa realizada anualmente para seu formato contínuo (trimestral) fez com que o *Radar IDHM* fosse atualizado e começasse a utilizar as informações obtidas pela PNAD Contínua para o período 2012 a 2017.
6. A compatibilização entre os dados do Censo Demográfico e da PNAD não é perfeita no que se refere à representatividade. Dado que a amostra da PNAD é significativamente menor em relação aos dados da amostra do censo, isso pode gerar vieses ou imprecisões, fazendo com que algumas estimativas sejam divergentes, a depender do tema ou quesito de interesse.
7. RM de Manaus, RM de Belém, RM de Macapá, RM de São Luís, RIDE Grande Teresina, RM de Fortaleza, RM de Natal, RM de João Pessoa, RM de Recife, RM de Maceió, RM de Aracaju, RM de Salvador, RM de Belo Horizonte, RM de Vitória, RM do Rio de Janeiro, RM de São Paulo, RM de Curitiba, RM de Florianópolis, RM de Porto Alegre, RM de Cuiabá e RM de Goiânia. O número de municípios considerados pela PNAD não corresponde, necessariamente, à composição legal das RMs, conforme legislação complementar de referência.

ANÁLISE GERAL DA TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DO IDHM NO BRASIL

1 ANÁLISE GERAL DA TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DO IDHM NO BRASIL

De 2016 a 2017, o IDHM do Brasil cresceu de 0,776 para 0,778 (gráfico 1), mantendo-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Tal crescimento ocorreu a despeito da leve queda no valor da dimensão Renda, compensada, porém, pela melhora nas dimensões Longevidade e Educação.

GRÁFICO 1
Evolução do IDHM e seus subíndices – Brasil (2012-2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Dos três subíndices que compõem o IDHM, o da dimensão Educação e o da dimensão Longevidade evoluíram, no período 2012-2017, a taxas médias anuais de 1,6% e 0,6%, respectivamente, com crescimento em todos os anos. Em contrapartida, o subíndice da dimensão Renda teve uma queda de 0,001, entre 2016 e 2017,[1] estimulada pela redução de R$ 842,04 para R$ 834,31 na renda *per capita*.

TABELA 1
IDHM e seus subíndices – Brasil (2012-2017)

Ano	Subíndices			IDHM
	Educação	Longevidade	Renda	
2012	0,686	0,825		
2013	0,697	0,831		
2014	0,714	0,836		
2015	0,723	0,841		
2016	0,739	0,845	0,748	0,776
2017	0,742	0,850	0,747	0,778
Taxa média anual de crescimento (%)	1,6	0,6	-0,1	0,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

1. Como explicado em Ipea, FJP e PNUD (2016), até o momento, os dados da PNAD Contínua divulgados pelo IBGE não permitiram calcular a renda domiciliar *per capita* para o período de 2012 a 2015, motivo pelo qual também não foi possível obter o IDHM para esses anos. No entanto, cabe observar que, segundo os dados da PNAD Anual do IBGE, nesse período houve um crescimento ininterrupto em média de 0,75% ao ano da renda *per capita* até 2014, com queda em 2015, passando de R$ 803,36 para R$ 746,84.

O subíndice da dimensão Longevidade é calculado a partir de um único indicador – a esperança de vida ao nascer.[2] No período 2012-2017, esse indicador passou de 74,52 anos para 75,99 anos, a uma taxa média anual de crescimento de 0,4% (tabela 2).

TABELA 2

Esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil – Brasil (2012-2017)

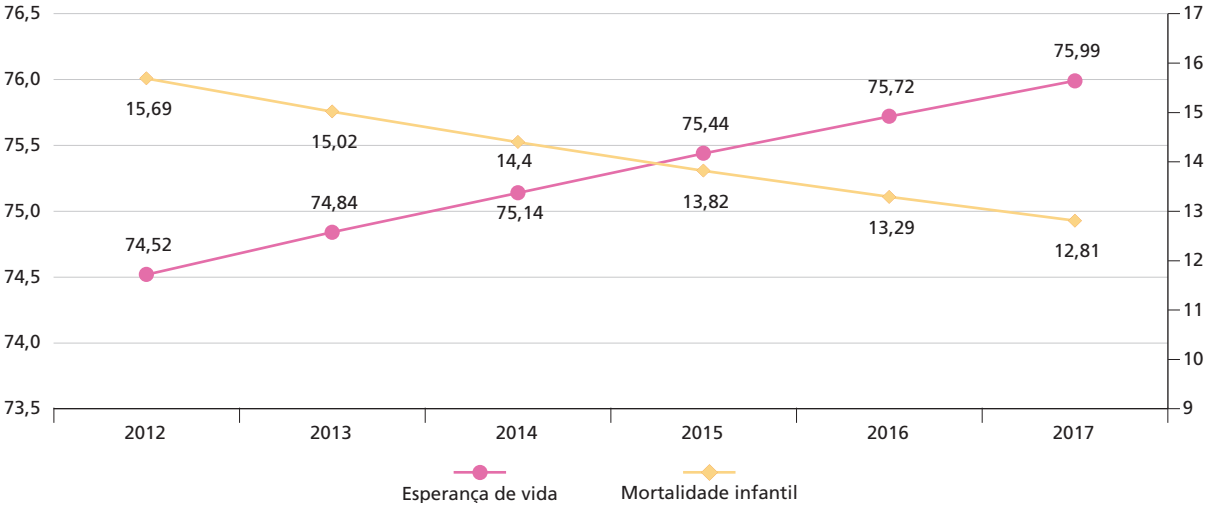
Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)	Mortalidade infantil (por 1 mil nascidos vivos)
2012	74,52	15,69
2013	74,84	15,02
2014	75,14	14,40
2015	75,44	13,82
2016	75,72	13,29
2017	75,99	12,81
Taxa média anual de crescimento (%)	0,4	-4,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Para o crescimento do indicador de esperança de vida ao nascer contribuiu a queda de, em média, 4,0% ao ano da mortalidade infantil (até 1 ano de idade) ao longo do período estudado. A mortalidade infantil passou de 15,69 óbitos por 1 mil nascidos vivos em 2012 para 12,81 em 2017 (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil – Brasil (2012-2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

2. Ainda que seja o único indicador que compõe o IDHM-L, os resultados de esperança de vida ao nascer são obtidos pelo cálculo da variável de mortalidade infantil (por 1 mil nascidos vivos), contribuindo, assim, para o resultado apresentado pela Longevidade.

O índice da dimensão Educação é a síntese de dois subíndices – o de Escolaridade e o de Frequência Escolar. O primeiro, referente à escolaridade da população adulta, medida pela proporção de pessoas de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, apresentou, no período 2012 a 2017, taxa média anual de crescimento de 1,6%. Apesar disso, em 2017, mostrava que 35,7% da população acima de 18 anos não possuía o ensino fundamental completo.

O subíndice de Frequência Escolar, por sua vez, é composto por quatro indicadores referentes à escolaridade da população infantil e jovem. O subíndice é medido pelas proporções de crianças de 5 a 6 anos de idade que frequentam a escola, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais (segundo ciclo) do ensino fundamental, de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo e de jovens adultos de 18 a 20 anos com o ensino médio completo. A evolução desse subíndice para o período 2012 a 2017 apresentou taxa média anual de crescimento de 1,6%.

Nota-se que os subíndices de Frequência Escolar e Escolaridade têm avançado na mesma velocidade, refletindo políticas públicas que incentivam tanto o acesso e a frequência da população em idade escolar às escolas quanto a conclusão do ensino médio pela população de 18 anos ou mais.

No entanto, brechas de acesso ainda são observadas nos níveis finais dos ensinos fundamental e médio. Em 2017, enquanto 96,7% das crianças de 5 a 6 anos estavam frequentando a escola e 93,2% das crianças de 11 a 13 anos frequentavam o segundo ciclo do ensino fundamental, apenas 69,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham concluído o fundamental e 59,3% dos jovens de 18 a 20 anos tinham o ensino médio completo.

TABELA 3
Subíndices Escolaridade e Frequência Escolar – Brasil (2012-2017)

Ano	Escolaridade		Frequência				
		Índice componente		Indicadores componentes			
	Subíndice de Escolaridade	18 ou mais com fundamental completo (%)	Subíndice de Frequência	5 a 6 na escola (%)	11 a 13 nos anos finais do fundamental (%)	15 a 17 com fundamental (%)	18 a 20 com médio (%)
2012	0,595	59,5	0,736	92,6	86,8	64,3	50,9
2013	0,604	60,4	0,749	93,8	87,6	66,4	51,9
2014	0,618	61,8	0,767	94,5	89,2	68,5	54,5
2015	0,629	62,9	0,775	95,0	90,8	68,5	55,9
2016	0,644	64,4	0,792	96,6	92,5	69,8	58,1
2017	0,643	64,3	0,797	96,7	93,2	69,6	59,3
Taxa média anual de crescimento (%)	1,6	1,6	1,6	0,9	1,4	1,6	3,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

No tocante à dimensão Renda, o subíndice é obtido a partir do logaritmo de um único indicador, a renda domiciliar *per capita,* que, em 2017, recuou 0,9% em relação a 2016.[3] É importante verificar que o decrescimento da renda *per capita* foi acompanhado pela manutenção

3. Os valores da renda *per capita* encontram-se a preços de agosto de 2010, data de referência do Censo Demográfico.

da desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, implicando o aumento da pobreza. Assim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza cresceu 0,5 ponto percentual em 2017 (tabela 4), atingindo 25% da população brasileira.[4]

TABELA 4
Indicadores de Renda: nível, pobreza e desigualdade – Brasil (2016 e 2017)

Ano	Renda *per capita* (reais de 1º/8/2010	Vulneráveis à pobreza (%)	Índice de Gini
2016	842,04	24,47	0,55
2017	834,31	24,98	0,55
Taxa média anual de crescimento (%)	-0,9	2,1	0,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

1.1 Análise do IDHM desagregado por cor e por sexo no Brasil

Em 2010, o Brasil apresentou um IDHM de 0,727 e, de acordo com as faixas de desenvolvimento humano adotadas pelo atlas no Brasil, o país está na faixa de *alto* desenvolvimento humano. No mesmo ano, todos os grupos analisados (mulheres, homens, negros, brancos e populações rurais e urbanas) encontravam-se entre as faixas de *baixo* e *alto* desenvolvimento humano (entre 0,500 a 0,799), e nenhum grupo se encontrava nas faixas de *muito baixo* ou *muito alto* desenvolvimento humano. Em 2017, apenas a população branca e as mulheres apresentaram valores correspondentes à faixa de *muito alto* IDHM.

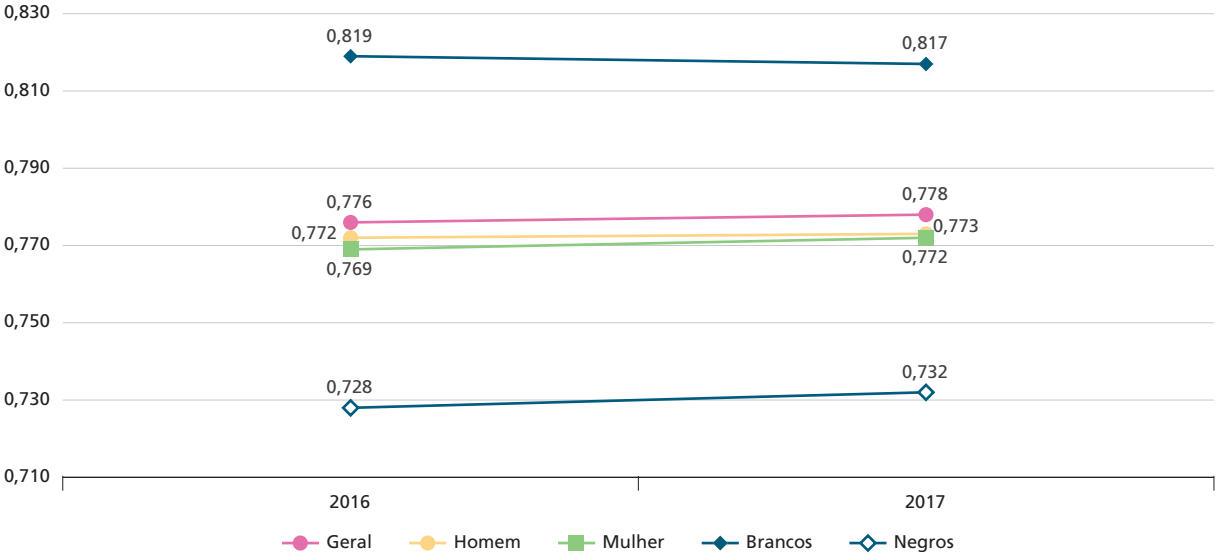
Comparando os dados do IDHM para a população branca e negra no Brasil, o IDHM dos negros em 2010 se equiparou ao IDHM dos brancos em 2000, revelando uma desigualdade racial. Apesar disso, a diferença entre o IDHM de negros e brancos reduziu-se significativamente no período de 2000 a 2010. Em 2000, o IDHM da população negra era 27,1% menor que o valor apresentado pelo IDHM da população branca, ao passo que, em 2010, o IDHM dos negros passou a ser 14,42% menor que o IDHM dos brancos.

Ao observar os resultados para a desagregação por cor com base nos anos da PNAD Contínua, 2016 e 2017 (gráfico 3), entende-se que a redução das desigualdades entre brancos e negros se manteve e apresentou uma diferença de 0,085 em 2017. Isso significa que neste último ano o IDHM dos negros é 10% menor que o IDHM da população branca.

4. Consideram-se vulneráveis à pobreza as pessoas que vivem em domicílios com renda *per capita* inferior à metade do valor do salário mínimo vigente em agosto de 2010 (R$ 255,50), o que equivale, utilizando o IPCA, a R$ 398,10 a preços médios de 2017.

GRÁFICO 3

Evolução do IDHM desagregado por cor e do IDHM-Ajustado desagregado por sexo – Brasil (2016 e 2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Em 2017, o IDHM dos brancos alcança o valor de 0,817 apesar de uma leve redução em comparação ao ano anterior (0,819). Esse valor corresponde a 0,039 a mais que o IDHM do Brasil no mesmo ano (0,778). Com relação ao IDHM dos negros (0,732), estes possuíam, em 2017, IDHM 0,046 menor que o resultado geral do índice para o Brasil. Por sua vez, não há diferença significativa entre o IDHM de mulheres e homens em 2017, com as mulheres atingindo 0,772 e os homens 0,773, uma redução da diferença existente em 2016, de 0,769 para mulheres e 0,772 para homens. Essa pouca diferença se deve ao fato de o IDHM considerar que a renda é distribuída igualmente em um mesmo domicílio. O IDHM ajustado, também apresentado nesse estudo, corrige essa limitação.

Nos resultados que correspondem à população negra, destaca-se o crescimento em todas as três dimensões: de 0,808 para 0,812 na Longevidade (gráfico 4), com a esperança de vida subindo de 73,46 para 73,69 anos; de 0,686 para 0,689 na Renda, com a renda per capita passando de R$ 571,70 para R$ 580,79; e de 0,695 para 0,702 na Educação, com ligeira elevação tanto do subíndice Frequência Escolar como do Escolaridade, com a porcentagem de adultos com fundamental completo passando de 58,80 para 59,24.

A diferença na esperança de vida ao nascer entre brancos e negros em 2017 era de aproximadamente três anos, respectivamente 76,62 e 73,69 anos. Desde quando começa a avaliação desta série histórica em 2012 (tabela 5), as mulheres apresentam os melhores resultados em comparação a qualquer outro grupo analisado. Em 2012, a esperança de vida ao nascer das mulheres era de 78,22. Isso aponta que elas viviam aproximadamente oito anos a mais que os homens, três anos a mais que os brancos e seis anos a mais que os negros.

Em 2017, com uma taxa média anual de crescimento de 0,3%, as mulheres passaram a viver 79,56 anos e os homens 72,46. Estes foram os grupos que apresentaram os melhores e os piores resultados na esperança de vida desde 2012 por essa ordem, ainda que a diferença entre eles tenha reduzido, de oito anos em 2012 para sete anos em 2017.

TABELA 5

Evolução da esperança de vida ao nascer desagregada por sexo e cor – Brasil (2012-2017)

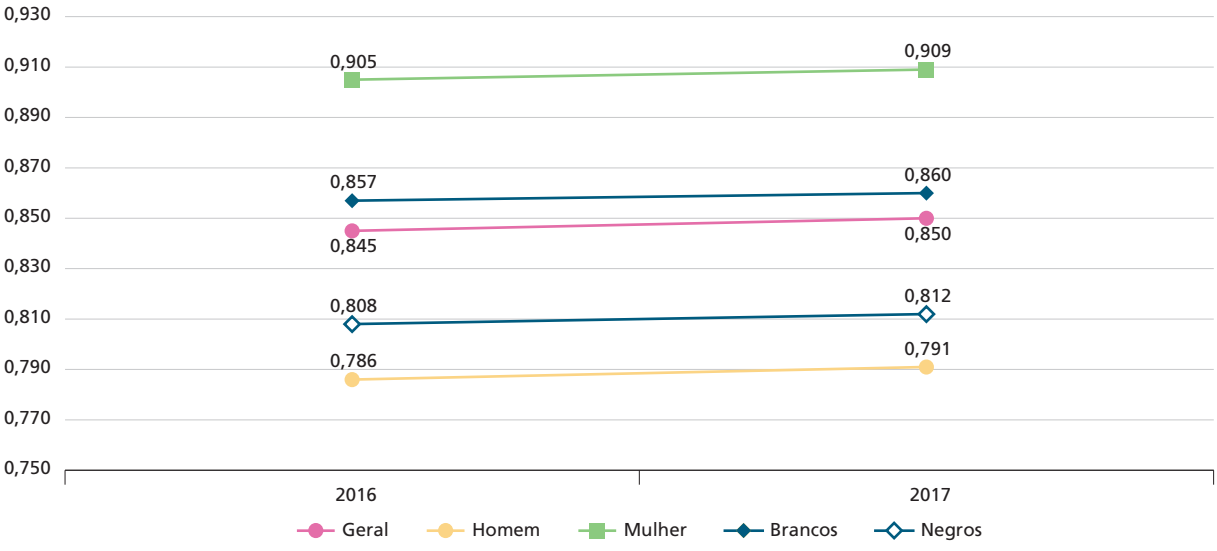
Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)				
	Geral	Homem	Mulher	Brancos	Negros
2012	74,52	70,91	78,22	75,44	72,43
2013	74,84	71,25	78,51	75,70	72,70
2014	75,14	71,57	78,78	75,94	72,97
2015	75,44	71,88	79,05	76,18	73,22
2016	75,72	72,18	79,31	76,41	73,46
2017	75,99	72,46	79,56	76,62	73,69
Taxa média anual de crescimento (%)	0,39	0,43	0,34	0,31	0,35

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Por meio do gráfico 4, é notável que houve evolução no IDHM-L entre 2016 e 2017 para todos os grupos analisados. O índice de Longevidade dos homens cresceu de 0,786 para 0,791, se mantendo na faixa de *alto* IDHM e destaque para o valor apresentado pelas mulheres, que, entre os anos avaliados, saiu de 0,905 para 0,909.

GRÁFICO 4

Evolução do IDHM-L desagregado por sexo e cor – Brasil (2016 e 2017)

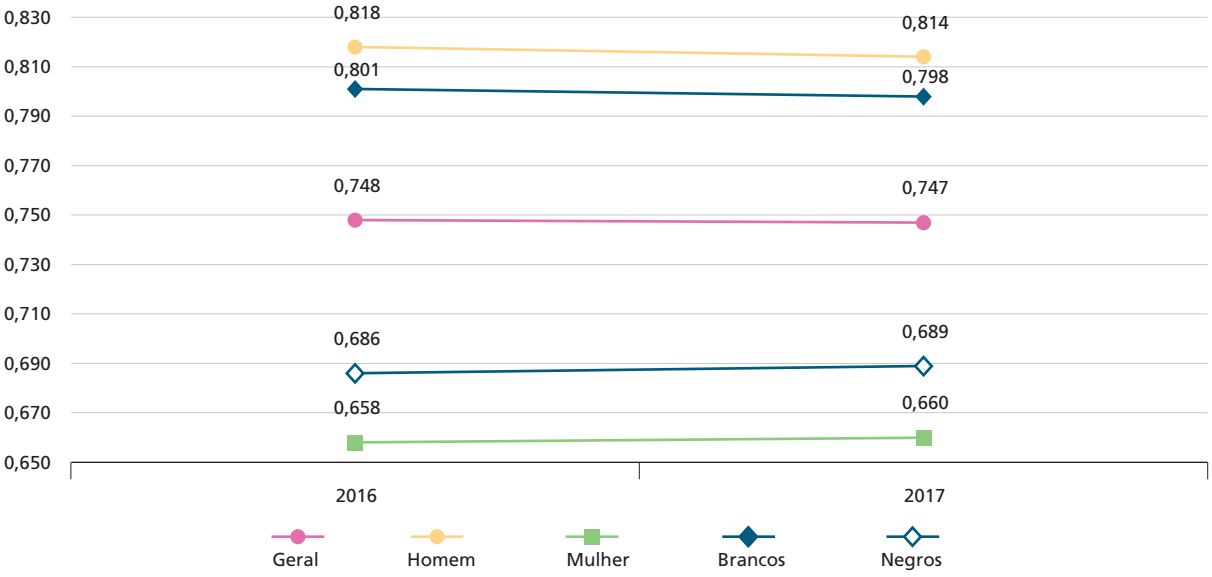


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

A diferença entre homens e mulheres também foi reduzida, quando se considera o IDHM ajustado pelas diferenças de rendimento do trabalho.[5] Também no gráfico 4, é possível notar que o IDHM-Ajustado dos homens subiu ligeiramente, de 0,772 para 0,773, enquanto o das mulheres passou de 0,769 para 0,772, praticamente alcançando o dos homens.

Tal redução da desigualdade deveu-se principalmente à queda na diferença entre homens e mulheres na dimensão Renda, única em que o índice das mulheres, quando ajustado pela renda do trabalho, é inferior ao dos homens. Assim, de 2016 a 2017, como mostra o gráfico 5, o índice de Renda ajustado dos homens caiu de 0,818 para 0,814 e o das mulheres subiu de 0,658 para 0,660. Portanto, considerando o ajuste da renda, as mulheres eram o grupo mais vulnerável nesta dimensão em ambos os anos analisados.

GRÁFICO 5
Evolução do IDHM-R desagregado por sexo e cor – Brasil (2016 e 2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Ainda sobre o IDHM-R, ao observar os resultados apresentados na tabela 6, constata-se que, de acordo com a renda do trabalho, os valores mais baixos são apresentados pelos negros e pelas mulheres em todos os anos analisados. Entre 2012 e 2017, o crescimento da renda não foi contínuo em nenhum dos grupos, mas é possível destacar que as mulheres apresentaram a maior taxa média anual de crescimento. Em contrapartida, os homens apresentaram a menor taxa de crescimento nesse período.

5. Com o intuito de corrigir a limitação imposta pelo cálculo *per capita* da renda domiciliar que "atribui um mesmo valor de renda para cada membro do domicílio a partir do valor total apurado, independentemente do sexo e da idade das pessoas" (PNUD, Ipea e FJP, 2017, p. 9) e oculta a disparidade entre homens e mulheres. Foi empregado um método de estimativa do IDHM que ajusta o índice à renda do trabalho, que, por sua vez, assume centralidade nas análises dos dados desagregados.

TABELA 6
Valor da renda proveniente do trabalho, por sexo e cor – Brasil (2012-2017)

Ano	Renda do trabalho (R$)				
	Geral	Homem	Mulher	Brancos	Negros
2012	1.312,46	1.492,47	1.068,67	1.677,33	950,40
2013	1.351,11	1.537,82	1.101,19	1.723,41	984,34
2014	1.391,68	1.577,77	1.143,63	1.777,48	1.010,46
2015	1.343,63	1.514,15	1.115,99	1.708,67	995,32
2016	1.403,55	1.573,58	1.180,21	1.837,30	996,13
2017	1.379,08	1.543,21	1.165,59	1.780,60	1.012,76
Taxa média anual de crescimento (%)	1,0	0,7	1,8	1,3	1,3

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Ao comparar os valores desse indicador entre 2012 e 2017, denota-se que as desigualdades reduzem apenas entre homens e mulheres. Os homens, em 2012, possuíam renda de R$ 423,80 a mais que as mulheres. Em 2017, essa diferença cai para R$ 377,62. Contudo, a maior disparidade continua sendo apresentada pela cor e essa realidade não se altera, como observado na tabela 6. Em 2012, os brancos apresentavam o valor de R$ 726,93 a mais que a população negra. A diferença aumenta em 2017, passando para R$ 767,84.

Cabe salientar que, mesmo com a redução nos valores da renda do trabalho da população branca entre 2016 e 2017 (reduzindo de R$ 1.837,30 para R$ 1.780,60) e o aumento para a população negra neste mesmo período, os brancos possuíam renda aproximadamente duas vezes maior que a população negra em 2017.

Se observarmos todos os anos da pesquisa (2012 a 2017), para a população negra, a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para esse avanço, com um crescimento médio anual de 2,2%, considerando o crescimento do subíndice de Educação (tabela 7). A Educação também foi a dimensão que mais avançou no IDHM da população branca (entre 2012 a 2016), das mulheres e dos homens; todavia, com taxas médias de crescimento anual de 1,1% (brancos), 2,2% (mulheres) e 3,0% (homens).

TABELA 7
IDHM-E desagregado por cor e sexo (2012-2017)

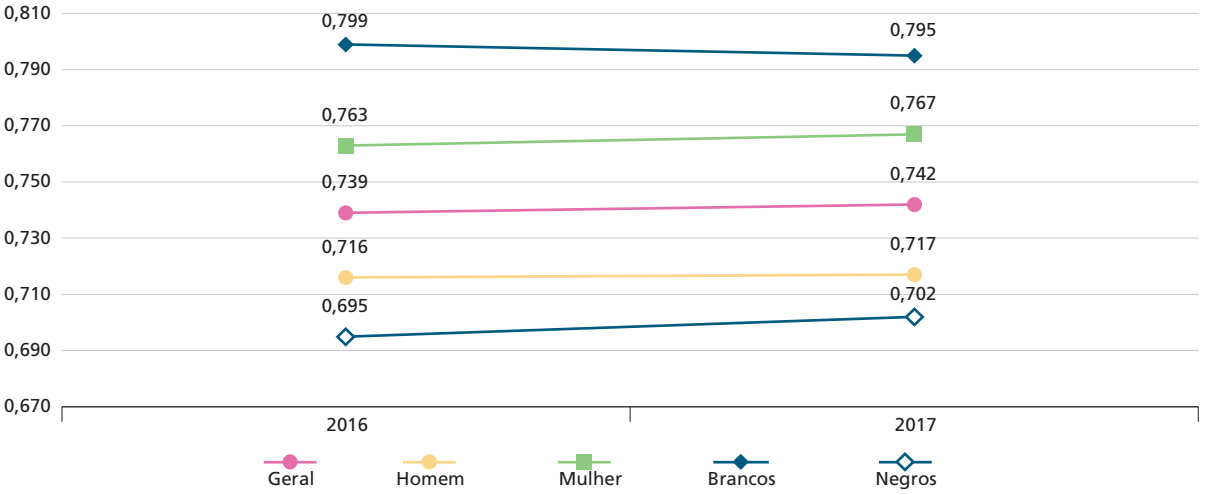
Ano	IDHM Educação				
	Geral	Homem	Mulher	Brancos	Negros
2012	0,686	0,657	0,714	0,752	0,631
2013	0,697	0,668	0,727	0,759	0,648
2014	0,714	0,687	0,740	0,775	0,663
2015	0,723	0,900	0,914	0,782	0,677
2016	0,739	0,716	0,763	0,799	0,695
2017	0,742	0,717	0,767	0,795	0,702
Taxa média anual de crescimento (%)	1,6	3,0	2,2	1,1	2,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Diante disso, por meio do gráfico 6, destaca-se que o índice de Educação dos homens passou de 0,716 para 0,717 e o das mulheres, de 0,763 para 0,767. Por seu turno, o IDHM-E dos negros saiu da faixa de *médio* desenvolvimento humano em 2016 para *alto* em 2017.

GRÁFICO 6

Evolução do IDHM-E desagregado por sexo e cor – Brasil (2016 e 2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

A tabela 8 mostra que, com relação à escolaridade da população adulta, 70,29% da população branca com mais de 18 anos possuía o fundamental completo, ante 59,24% da população negra. No mesmo indicador, as mulheres possuíam 65,58% e os homens 62,90%. Ressalta-se, então, que pessoas brancas e mulheres apresentam maior escolaridade que homens e pessoas negras. Este último grupo social registrou o menor nível de instrução entre os demais analisados.

TABELA 8

Evolução dos indicadores de Educação desagregados por sexo e cor – Brasil (2012 e 2017)

(Em %)

Sexo e cor	Ano	18 anos ou mais com fundamental completo	5 a 6 anos na escola	15 a 17 anos com fundamental completo	11 a 13 anos com fundamental completo	18 a 20 anos com médio completo
Homem	2012	58,46	92,15	84,29	83,97	44,40
Homem	2017	62,90	96,53	87,45	91,86	53,47
Mulher	2012	60,40	93,12	84,46	89,70	57,53
Mulher	2017	65,58	96,81	86,93	94,56	65,37
Brancos	2012	65,85	93,41	85,30	91,19	61,87
Brancos	2017	70,29	97,46	88,69	95,51	69,40
Negros	2012	53,33	92,01	83,70	83,80	42,34
Negros	2017	59,24	96,15	86,24	91,75	52,78

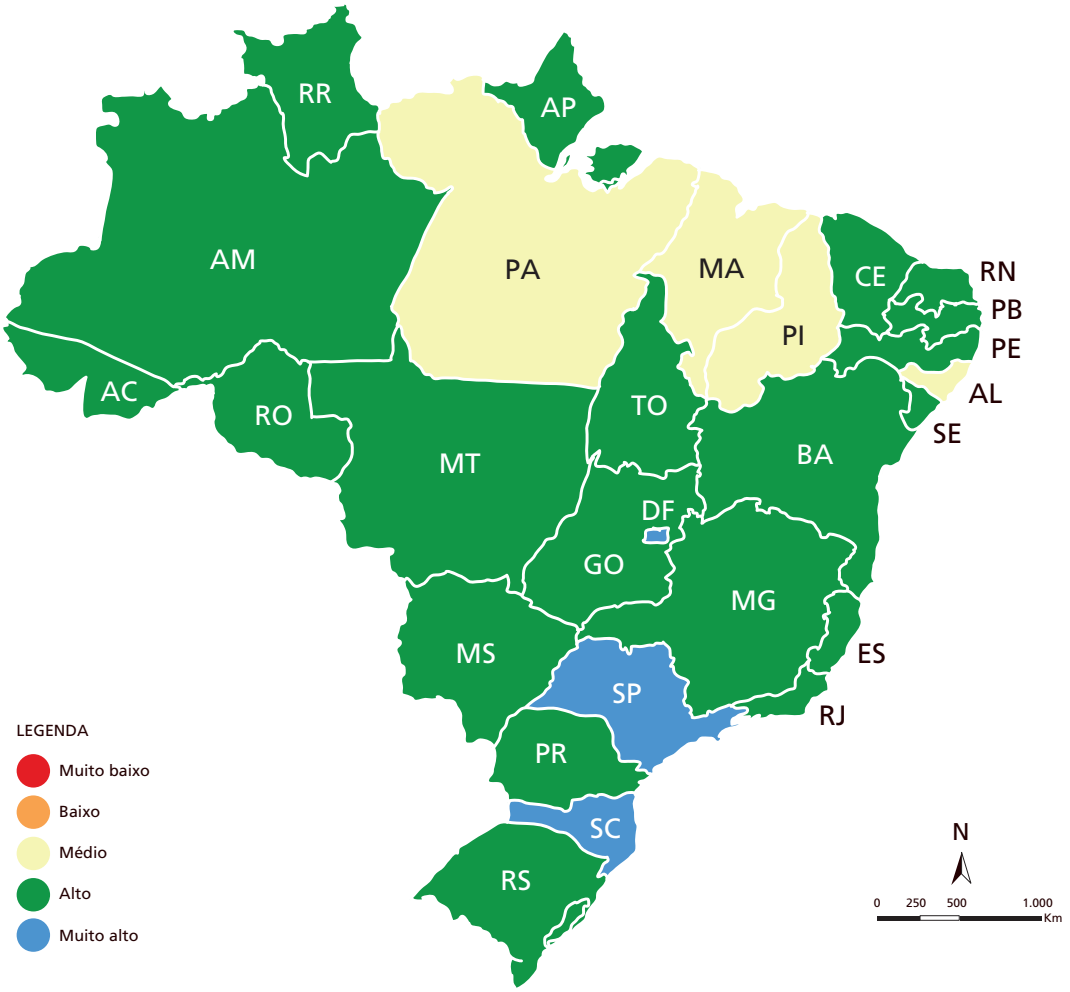
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS UFs BRASILEIRAS

2 AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS UFs BRASILEIRAS

No IDHM das UFs brasileiras, em 2017 (mapa 1), quatro UFs aparecem com *médio* desenvolvimento humano, vinte na faixa de *alto* desenvolvimento humano e três UFs estão inseridas na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano. São estas: Distrito Federal (0,850), São Paulo (0,826) e Santa Catarina (0,808).

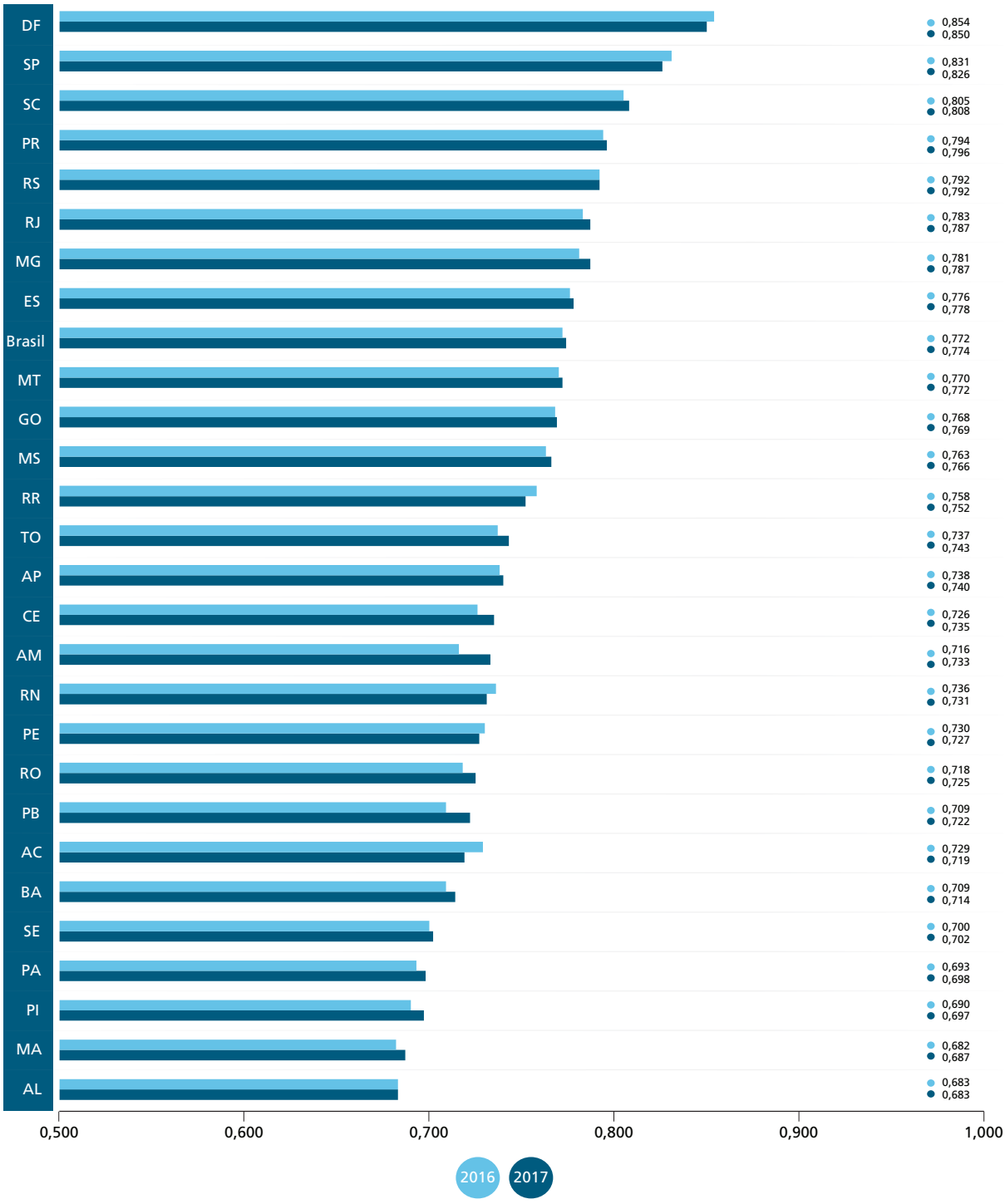
MAPA 1
Mapa do IDHM nas UFs brasileiras (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Entre 2016 e 2017, o IDHM do Brasil seguiu a tendência de avanço e apresentou crescimento de 0,002. Dentre as 27 UFs, 6 apresentaram redução no IDHM entre os anos de 2016 e 2017. Acre (-0,010) e Roraima (-0,006), ambos estados da macrorregião Norte, registraram as maiores quedas no índice, respectivamente, seguidos por Rio Grande do Norte (-0,005), São Paulo (-0,005) e Distrito Federal (-0,004). Além disso, Alagoas e Paraná mantiveram os valores inalterados entre 2016 e 2017. As maiores tendências de avanços foram observadas no Amazonas (0,017) e na Paraíba (0,013) o que em termos percentuais representou crescimento de 2,4% e 1,8%, respectivamente. O gráfico 7 apresenta os resultados anuais do IDHM na ordem do maior ao menor resultado para as UFs.

GRÁFICO 7
Evolução do IDHM nas UFs, na ordem do maior ao menor valor (2016 e 2017)

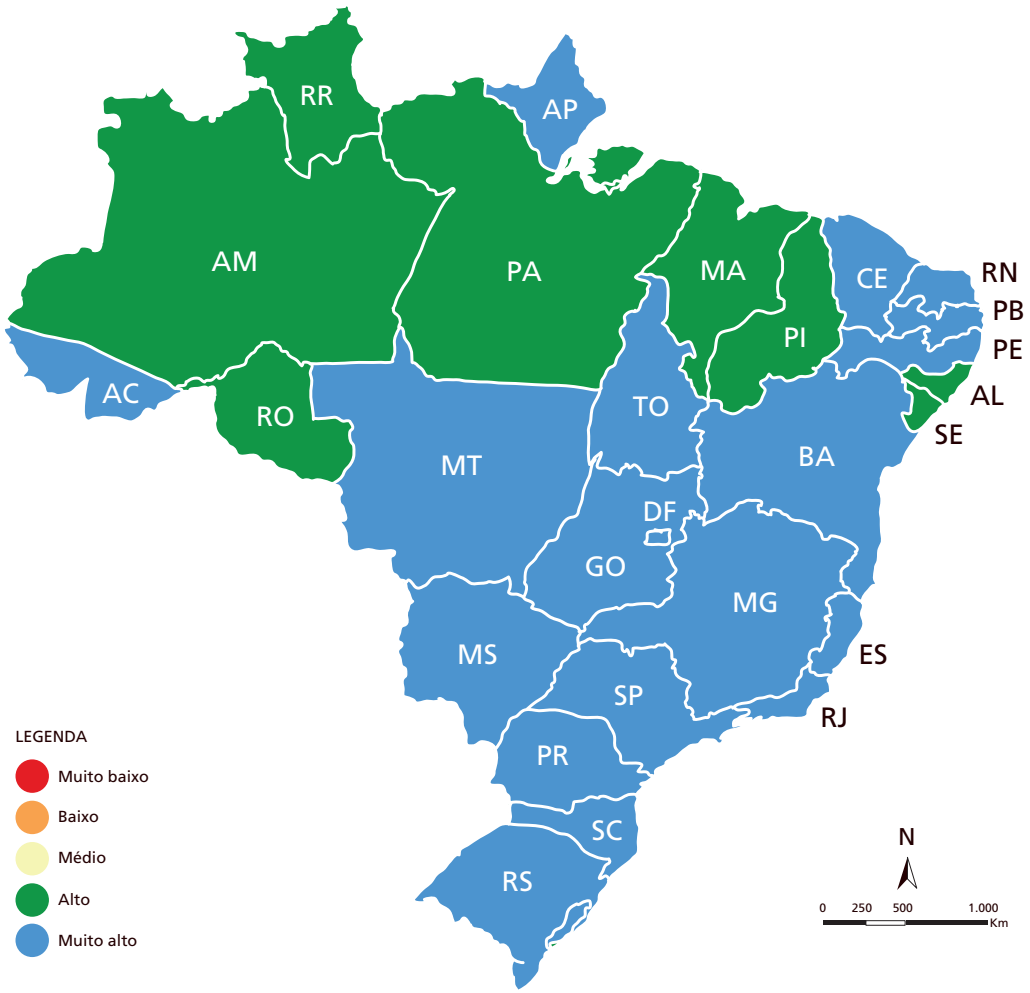


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM-L das UFs brasileiras, em 2017 (mapa 2), foi a única dimensão que apresentou tendência de crescimento em todas as 27 UFs. Dezenove destas encontravam-se na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano e as demais UFs na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Em 2017, a diferença entre a UF brasileira com a maior esperança de vida (Distrito Federal) e a de menor esperança de vida (Maranhão) totalizava 7,52 anos. Todas as oito UFs que apresentaram os menores valores

e estavam agrupadas na faixa de *alto* desenvolvimento humano estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste. Por sua vez, na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano, estão todos os estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste. Embora o IDHM-L apresente os melhores valores em comparação com as demais dimensões que compõem o índice geral, estes resultados evidenciam a prevalência de desigualdades regionais também nesta dimensão.

MAPA 2
Mapa do IDHM-L nas UFs brasileiras (2017)



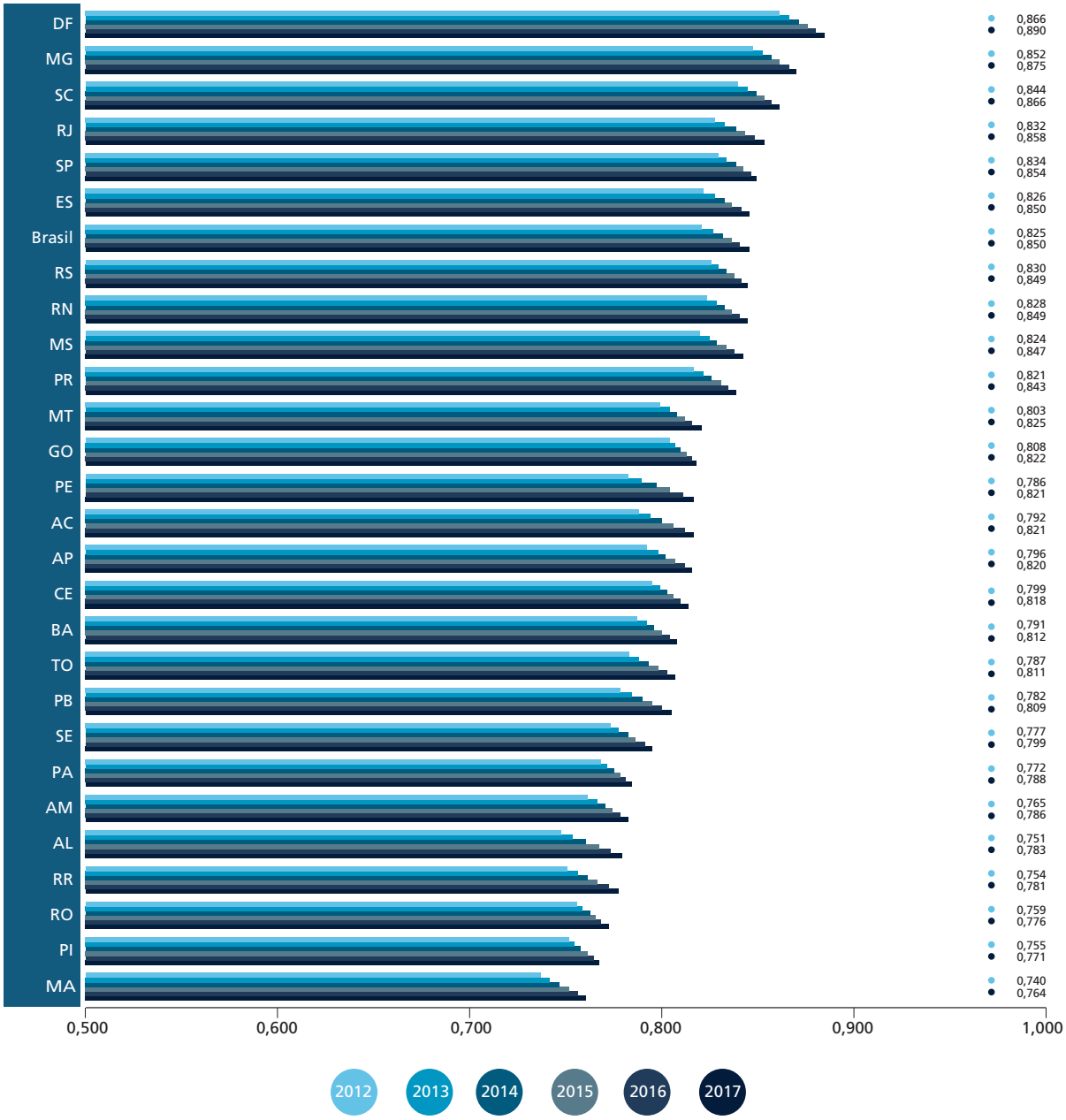
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Maranhão (0,764), Piauí (0,771) e Rondônia (0,776) apresentaram os menores valores para a esperança de vida ao nascer: 70,85 anos, 71,23 anos e 71,53 anos, respectivamente. Em contrapartida, as UFs com os maiores valores são Distrito Federal (0,890), Minas Gerais (0,875), Santa Catarina (0,866) e Rio de Janeiro (0,858), que possuem valores para a esperança de vida ao nascer de 78,37 anos, 77,49 anos, 76,97 anos e 76,48 anos, respectivamente. A evolução do IDHM-L do país, entre 2012 e 2017, mostra uma tendência de avanço de 0,025 ou 3%. As maiores tendências de aumento, entre 2012 e 2017, foram observadas em estados localizados, sobretudo, nas regiões Nordeste e Norte do país – Pernambuco (0,035), Alagoas (0,032) e Acre (0,029). Em contrapartida, as menores tendências de avanço foram observadas em Goiás (0,014), Piauí (0,016) e Rondônia (0,017). Com o resultado destes últimos três estados, cabe

ressaltar que, mesmo com avanço menor em comparação às demais UFs, não significa que a tendência de crescimento não tenha sido significativa. O gráfico 8 ilustra os resultados anuais do IDHM-L por UF.

GRÁFICO 8

Evolução do IDHM-L nas UFs, na ordem do maior ao menor valor (2012-2017)



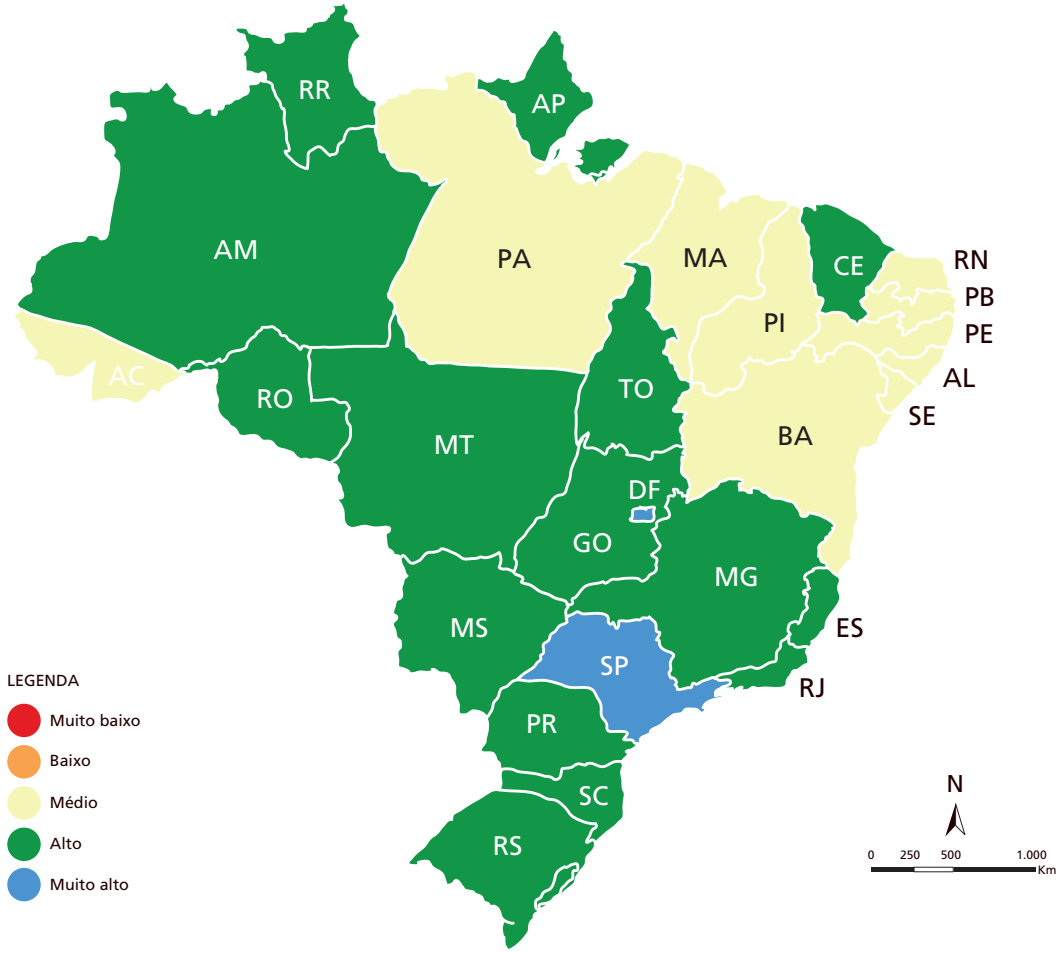
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM Educação das UFs brasileiras, em 2017 (mapa 3), tem duas UFs na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano, quinze UFs na faixa de *alto* desenvolvimento humano e dez UFs na faixa de *médio* desenvolvimento humano. Na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano, destacam-se São Paulo (0,828) e Distrito Federal (0,804), que mesmo apresentando os melhores

resultados para este subíndice apresentaram queda, entre 2016 e 2017, de -1,1% e -2,4% nesta ordem. Os três estados que tiveram o resultado mais baixo foram Alagoas (0,636), Sergipe (0,640) e Bahia (0,654), que se encontram na faixa de *médio* desenvolvimento humano.

Os crescimentos mais expressivos nos valores entre os dois últimos anos da pesquisa foram registrados na ordem de maior crescimento por Amazonas (4,3%), Piauí (3,7%), Pará (2,8%) e Sergipe (2,4%) – estados localizados nas regiões Norte (AM e PA) e Nordeste (PI e SE).

MAPA 3
Mapa do IDHM-E nas UFs brasileiras (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

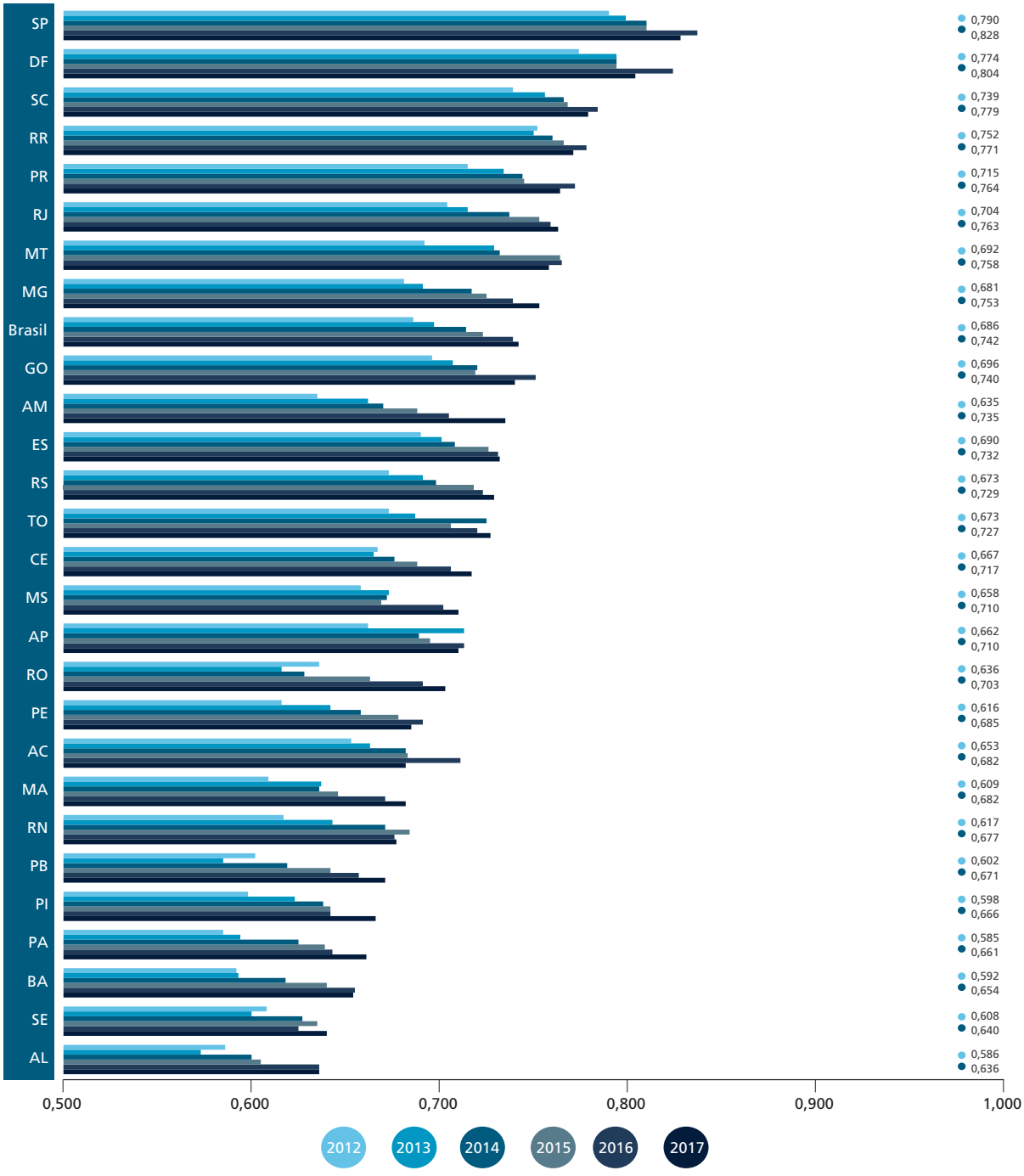
A evolução do IDHM Educação do Brasil, entre 2012 e 2017, apresentou uma tendência de avanço de 0,056. Todas as 27 UFs apresentaram tendência de avanço no IDHM-E durante esse período. As maiores tendências de aumento foram observadas no Amazonas (0,100), no Pará (0,076) e no Maranhão (0,073). O Distrito Federal (0,030) e o Acre (0,029) foram as UFs que apresentaram as menores tendências de avanço para o período. Contudo, cabe salientar que o subíndice de Educação foi a dimensão que apresentou o maior valor de crescimento entre os subíndices que compõem o IDHM, próximo a 0,030.

Ainda sobre o IDHM-E, embora todas as UFs tenham apresentado significativos avanços no período, observou-se que, entre 2016 e 2017, o índice sofreu uma queda em onze UFs. Destacam-se as maiores quedas no Acre (-0,029), o qual sofreu alteração na faixa de *alto* para

médio desenvolvimento humano, no Distrito Federal (-0,020) e em Goiás (-0,011). Ademais, Sergipe foi o único estado a não apresentar alteração nos seus valores entre 2016 e 2017. O gráfico 9 apresenta os resultados anuais do IDHM-E para as UFs.

GRÁFICO 9

Evolução do IDHM-E nas UFs, na ordem do maior ao menor valor (2012-2017)

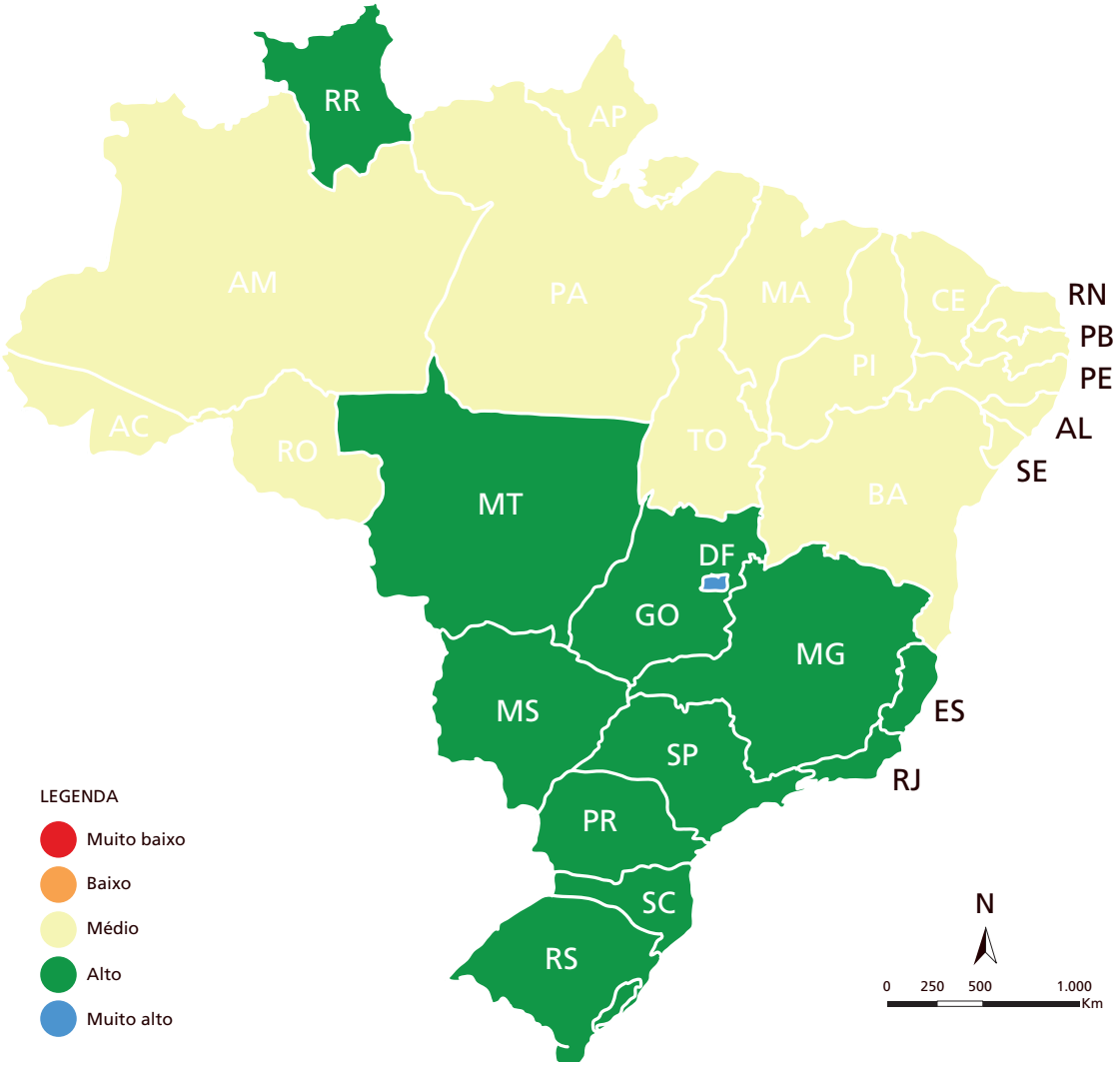


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM-R das UFs brasileiras, em 2017 (mapa 4), possui quinze UFs na faixa de *médio* desenvolvimento humano, onze UFs na faixa de *alto* desenvolvimento humano e uma UF na

faixa de *muito alto* desenvolvimento humano. Todas as UFs que estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores valores e estão agrupadas na faixa do *médio* desenvolvimento humano, com exceção de Roraima que apresentou *alto* desenvolvimento humano neste subíndice. Dentre elas, Pará (0,654), Alagoas (0,639) e Maranhão (0,623) apresentaram os menores valores do IDHM-R, o que equivale a uma renda domiciliar *per capita* média de R$ 468,49, R$ 426,14 e R$ 387,34, respectivamente.

MAPA 4
Mapa do IDHM-R nas UFs brasileiras (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

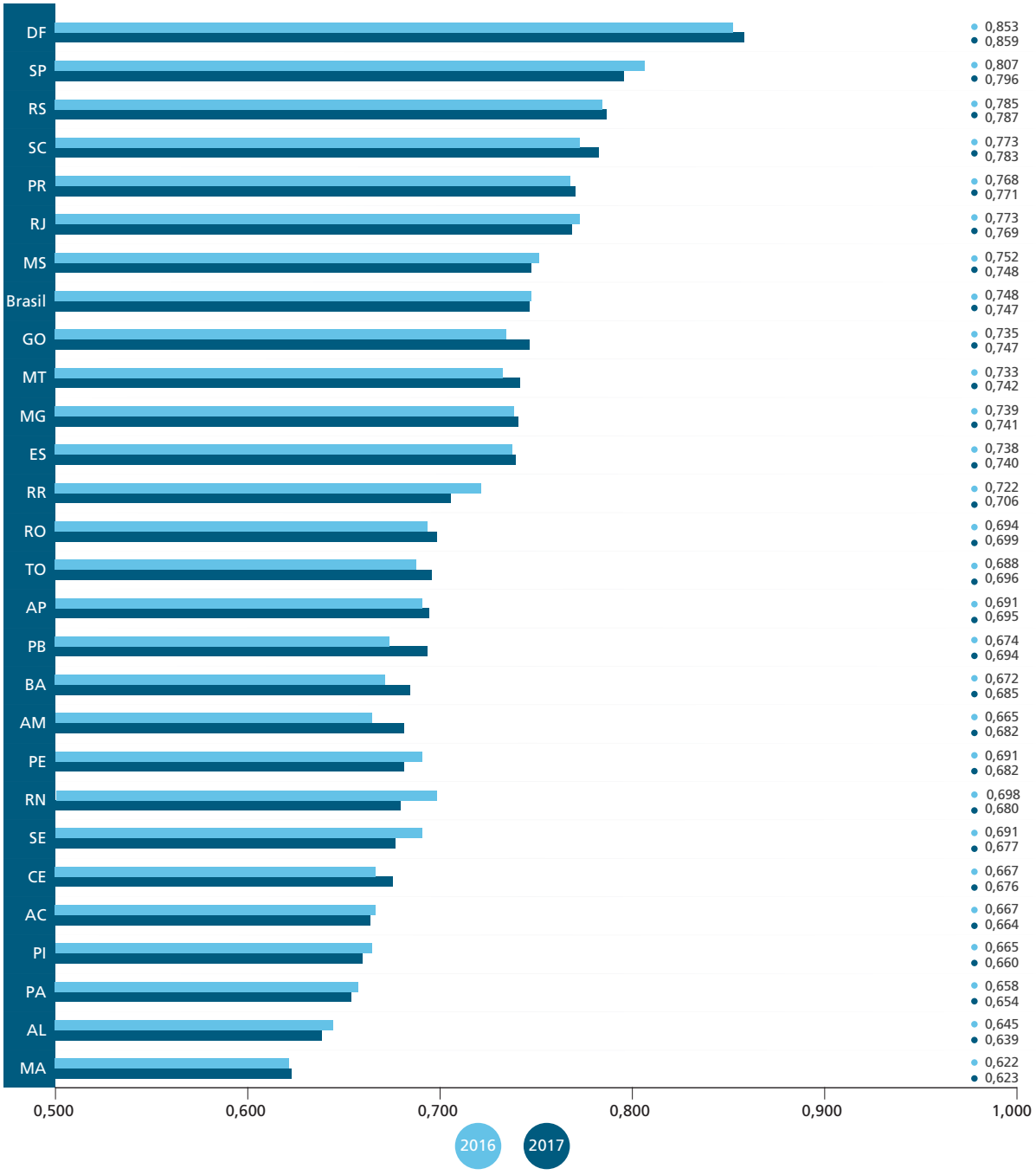
Por sua vez, as UFs com os maiores valores são Distrito Federal (0,859), São Paulo (0,796) e Rio Grande do Sul (0,787) e apresentam renda domiciliar *per capita* média de R$ 1.681,05, R$ 1.133,15 e R$ 1.073,02, respectivamente. Em 2017, a UF brasileira com a maior renda domiciliar *per capita* média, o Distrito Federal, era quatro vezes maior do que a UF com a menor renda domiciliar *per capita* (Maranhão).

A evolução do IDHM-R do Brasil, entre 2016 e 2017, mostra uma leve queda de 0,001, o que representa um decréscimo de R$ 7,73 na renda domiciliar *per capita* média para o país. Dentre

as UFs, dezessete apresentaram tendência de avanço no IDHM-R entre 2016 e 2017. As maiores tendências de aumento foram observadas na Paraíba (0,020), no Amazonas (0,017) e na Bahia (0,037). Em contrapartida, dez UFs apresentaram redução no valor deste subíndice e as maiores quedas foram registradas no Rio Grande do Norte (-0,018), em Roraima (-0,016) e em Sergipe (-0,014). O gráfico 10 apresenta os resultados anuais do IDHM-R para as UFs.

GRÁFICO 10

Evolução do IDHM-R nas UFs, na ordem do maior ao menor valor (2016 e 2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

2.1 Análise do IDHM desagregado por cor e por sexo nas UFs

Em que pese as singularidades históricas e conceituais, pensar sobre desigualdades sociais no Brasil e no mundo passa, obrigatoriamente, pelo reconhecimento das reflexões produzidas no campo dos estudos sobre raça e gênero.[1] Por esse caminho, compreende-se que a diversidade dos grupos sociais no Brasil perpassa, também, pela diferença na condição de vida desses indivíduos.

Tendo como lema "não deixar ninguém para a trás", a Agenda 2030 recomenda fortemente que os países produzam e disponibilizem dados periódicos, de qualidade e desagregados, identificando disparidades raciais, de gênero, geracionais, sociais, entre outras. Com isso, será possível reunir informações que subsidiem a focalização de políticas públicas e a priorização de ações que atendam aos grupos mais vulneráveis.

A desigualdade social brasileira não é apenas regional. Os resultados avaliados nesta pesquisa demostram que, como já salientado na subseção 1.1, o Brasil carrega variações marcantes no que diz respeito aos grupos populacionais.

Em 2017, dez estados e o Distrito Federal possuíam resultados que caracterizavam a população branca na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano (gráfico 11). Em todo o país, a população branca se manteve pelo menos na faixa de *alto* desenvolvimento humano, ou seja, sempre com IDHM acima de 0,700.

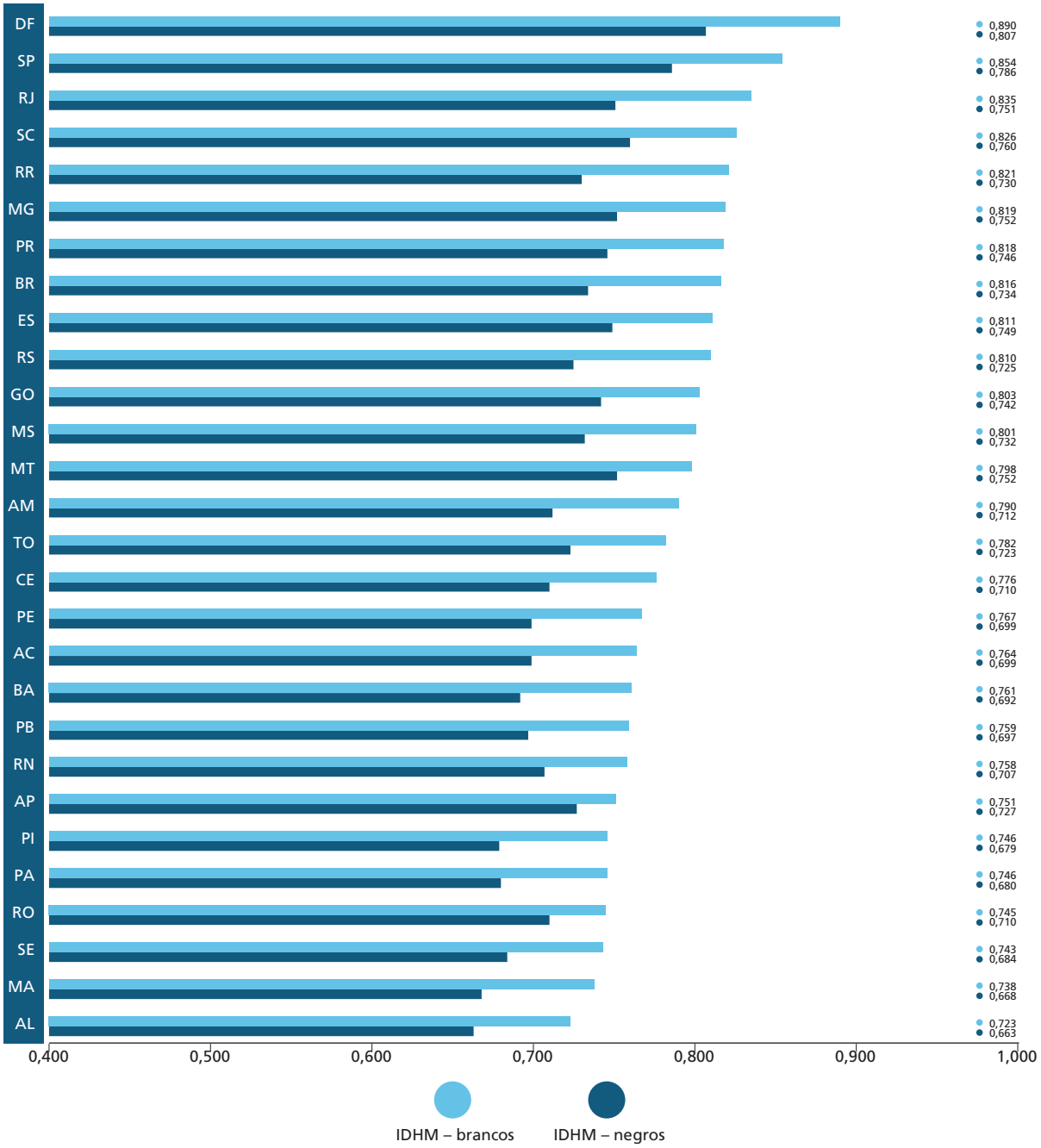
O gráfico 11 demonstra que o IDHM da população negra ultrapassa a faixa de *muito alto* desenvolvimento humano (a partir de 0,800) apenas no Distrito Federal. A população negra encontra-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano em dezessete UFs e na faixa de *médio* desenvolvimento humano em nove estados.

As menores diferenças nos valores do IDHM entre brancos e negros foram encontradas em dois estados da região Norte, Amapá (0,024) e Rondônia (0,035). Por sua vez, as maiores diferenças são registradas por Roraima (0,091) e Rio Grande do Sul (0,085). Destaca-se ainda que, ao comparar o resultado da UF com maior IDHM para brancos e a UF com menor resultado do índice para negros, a diferença tem maior impacto, correspondendo a 0,227 na comparação entre brancos que vivem no Distrito Federal (0,890) e negros que vivem em Alagoas (0,663).

6. O detalhamento conceitual acerca dos temas de raça e os gêneros adotados por esta pesquisa podem ser consultados nas notas metodológicas da publicação PNUD, Ipea e FJP (2017).

GRÁFICO 11

Diferença do IDHM de brancos e negros nas UFs (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

No que diz respeito aos resultados para os índices de Renda, Educação e Longevidade, a tabela 9 destaca os valores do IDHM desagregado. Nota-se que, o Distrito Federal, por exemplo, apresenta o maior IDHM Educação para os brancos (0,836), enquanto São Paulo apresenta o maior IDHM Educação para os negros (0,791), uma diferença de 0,072. Quando verificamos as desigualdades internas, as UFs do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal apresentam as maiores diferenças entre brancos e negros. Além disso, destaca-se o estado do Amapá, único que apresenta um valor maior do IDHM-E para negros (0,715) do que para brancos (0,693).

Também pela tabela 9, constata-se que, na dimensão Longevidade dos brancos, apenas dois estados – Piauí (0,797), Alagoas (0,795), com expectativa de vida de 72,79 anos e 72,72, respectivamente – não se encontram na faixa de *muito alto* IDHM-L. Por sua vez, o IDHM-L da população negra registrou dez UFs na faixa de *muito alto* e dezessete na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Santa Catarina apresenta o melhor valor para os brancos (0,894), com expectativa de vida de 78,62 anos, e para os negros (0,853), ou 76,17 anos. As UFs que apresentam maior desigualdade interna são: Roraima (0,118), Maranhão (0,075) e Amapá (0,069). Nenhum estado apresenta valor melhor para os negros que para os brancos.

TABELA 9

Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por cor nas UFs (2017)

Estados	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
Rondônia	0,715	0,699	0,800	0,744	0,722	0,687
Acre	0,737	0,669	0,838	0,791	0,723	0,646
Amazonas	0,784	0,730	0,801	0,764	0,784	0,647
Roraima	0,844	0,759	0,861	0,743	0,762	0,689
Pará	0,724	0,645	0,811	0,762	0,707	0,639
Amapá	0,693	0,715	0,849	0,78	0,721	0,689
Tocantins	0,778	0,710	0,825	0,787	0,745	0,677
Maranhão	0,732	0,670	0,808	0,733	0,679	0,607
Piauí	0,725	0,651	0,797	0,749	0,719	0,641
Ceará	0,761	0,700	0,834	0,79	0,735	0,647
Rio Grande do Norte	0,716	0,656	0,858	0,816	0,710	0,660
Paraíba	0,714	0,651	0,827	0,781	0,740	0,665
Pernambuco	0,742	0,659	0,824	0,798	0,737	0,650
Alagoas	0,695	0,619	0,795	0,757	0,685	0,622
Sergipe	0,684	0,628	0,821	0,773	0,731	0,659
Bahia	0,698	0,644	0,828	0,782	0,763	0,658
Minas Gerais	0,795	0,725	0,880	0,833	0,784	0,703
Espírito Santo	0,766	0,713	0,886	0,842	0,787	0,700
Rio de Janeiro	0,815	0,727	0,874	0,814	0,818	0,716
São Paulo	0,854	0,791	0,884	0,846	0,825	0,726
Paraná	0,793	0,702	0,872	0,832	0,791	0,711
Santa Catarina	0,795	0,707	0,894	0,853	0,792	0,727
Rio Grande do Sul	0,754	0,647	0,879	0,83	0,802	0,711
Mato Grosso do Sul	0,770	0,669	0,852	0,818	0,782	0,716
Mato Grosso	0,778	0,748	0,830	0,796	0,787	0,714
Goiás	0,789	0,715	0,842	0,788	0,778	0,726
Distrito Federal	0,863	0,769	0,892	0,851	0,917	0,803

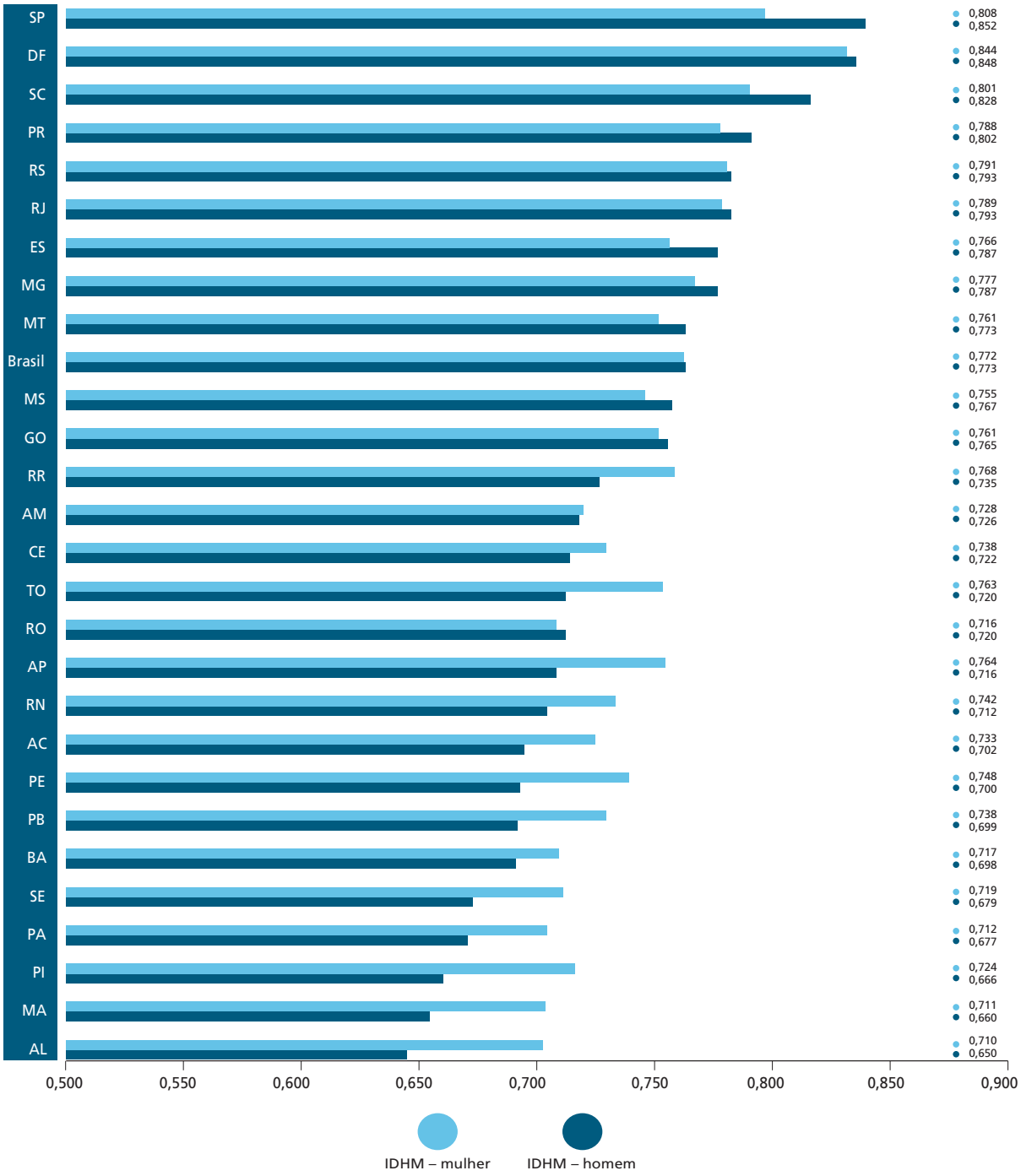
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Por fim, com relação à dimensão Renda no ano de 2017, quatro UFs possuem IDHM-R dentro da faixa de *muito alto* desenvolvimento humano para a população branca, enquanto somente o Distrito Federal está na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano também para a população negra. Contudo, o Distrito Federal é também uma das UFs com maior diferença entre o IDHM-R de brancos e negros. Amazonas é o estado com maior diferença (0,137), seguido pelo Distrito Federal (0,114) e pela Bahia (0,105). Destaca-se também a diferença no índice de 0,196 na renda entre brancos que residem no Distrito Federal (0,917) – renda mais alta do país (R$ 2.406,59) – e negros que residem no Maranhão (0,607) – renda mais baixa do país (R$ 349,93).

A análise dos resultados para os grupos de homens e mulheres nas UFs demonstra um comportamento diferente do que foi evidenciado nos resultados destacados para o Brasil. Com base no IDHM-Ajustado, o índice dos homens, como demonstrado anteriormente, é superior ao apresentado pelas mulheres. Contudo, ao analisar os dados por UFs com auxílio do gráfico 12, percebe-se que 15 das 27 UFs possuem valores melhores para as mulheres que para os homens. Com exceção de Rondônia, esse comportamento é observado em todos os estados das regiões Norte e Nordeste. O contrário acontece nas UFs do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

GRÁFICO 12

Diferença do IDHM-Ajustado de mulheres e homens nas UFs (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Quanto aos resultados para os subíndices na desagregação por sexo, de acordo com a tabela 10, percebe-se que, para a dimensão Educação, as mulheres apresentam valores dentro da faixa de *muito alto* em 3 UFs, São Paulo (0,836), Distrito Federal (0,825) e Roraima (0,805); 21 aparecem na faixa de *alto*; e 3, na faixa de *médio* desenvolvimento humano, sendo Alagoas (0,674), Sergipe (0,678) e Bahia (0,692) com os menores resultados para as mulheres nessa dimensão. Os homens registram resultados inferiores aos das mulheres em todo o país; apenas São Paulo (0,819) possui IDHM-E na faixa de *muito alto* para homens e mulheres. Os estados que apresentaram maiores diferenças entre homens e mulheres foram: Tocantins, com 0,113 de diferença; Piauí, com 0,088; e Maranhão, com 0,083. Onze UFs encontram-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano; quatorze na faixa de *médio*; e Alagoas (0,595), com o pior valor, corresponde à faixa de *baixo* IDHM-E.

TABELA 10

Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por sexo nas UFs (2017)

Estado	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Rondônia	0,670	0,736	0,724	0,836	0,769	0,596
Acre	0,662	0,700	0,767	0,881	0,681	0,639
Amazonas	0,701	0,772	0,731	0,846	0,746	0,591
Roraima	0,739	0,805	0,741	0,826	0,726	0,680
Pará	0,619	0,702	0,726	0,859	0,691	0,599
Amapá	0,678	0,743	0,777	0,866	0,697	0,694
Tocantins	0,674	0,787	0,762	0,866	0,727	0,651
Maranhão	0,638	0,725	0,702	0,830	0,642	0,597
Piauí	0,622	0,710	0,701	0,842	0,677	0,635
Ceará	0,691	0,743	0,752	0,884	0,725	0,611
Rio Grande do Norte	0,638	0,719	0,783	0,917	0,722	0,620
Paraíba	0,632	0,709	0,744	0,873	0,726	0,649
Pernambuco	0,647	0,724	0,756	0,884	0,702	0,654
Alagoas	0,595	0,674	0,704	0,863	0,656	0,615
Sergipe	0,601	0,678	0,729	0,870	0,714	0,629
Bahia	0,614	0,692	0,738	0,891	0,751	0,599
Minas Gerais	0,729	0,776	0,827	0,923	0,808	0,655
Espírito Santo	0,708	0,758	0,828	0,958	0,831	0,620
Rio de Janeiro	0,750	0,777	0,800	0,912	0,831	0,692
São Paulo	0,819	0,836	0,838	0,939	0,900	0,672
Paraná	0,749	0,781	0,817	0,930	0,844	0,674
Santa Catarina	0,764	0,795	0,852	0,962	0,873	0,671
Rio Grande do Sul	0,703	0,754	0,827	0,939	0,859	0,699
Mato Grosso do Sul	0,692	0,729	0,790	0,908	0,824	0,650
Mato Grosso	0,729	0,789	0,773	0,885	0,819	0,630
Goiás	0,709	0,771	0,770	0,878	0,821	0,652
Distrito Federal	0,783	0,825	0,828	0,946	0,940	0,771

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Ainda com o auxílio da tabela 10, observa-se que a Longevidade das mulheres é superior à dos homens em todas as UFs e estas apresentam valores dentro da faixa de *muito alto* IDHM-L nas 27 UFs. Os homens, por seu turno, registram *muito alto* desenvolvimento humano em oito UFs e *alto* nos outros dezenove estados. A maior diferença encontrada entre os sexos foi em Alagoas, com 0,159 de diferença, e na Bahia, com 0,153 de diferença a mais para as mulheres.

Com base no valor ajustado para sexo, os dados seguem a tendência nacional de apresentar resultados menores para as mulheres na dimensão Renda. O maior IDHM-R ajustado para homens é registrado no Distrito Federal (0,940) e em São Paulo (0,900), com renda *per capita* ajustada de R$ 2.926,56 e R$ 2.095,25, respectivamente. Juntamente com estes, encontram-se mais onze estados na faixa de *muito alto*, dez na faixa de *alto* e seis com valores dentro da faixa de *médio* IDHM-R ajustado.

Nenhuma UF apresenta IDHM-R ajustado na faixa de *muito alto* na desagregação para mulheres. O melhor resultado apresentado por este grupo está no Distrito Federal (0,771) ou renda *per capita* ajustada de R$ 2.263,74. As maiores diferenças internas são encontradas no estado de São Paulo (0,228), Espírito Santo (0,221) e Santa Catarina (0,202). Nota-se que a diferença na dimensão Renda é bem mais significativa que a diferença nas dimensões Educação e Longevidade.

A disparidade entre estes dois grupos é evidenciada no IDHM-R ajustado registrado pelos grupos de mulheres no Amazonas (0,591) e homens no Distrito Federal (0,940). Isso representa uma diferença de 0,349 entre o maior e o menor valor, ressaltada pela significativa desigualdade existente na renda *per capita* ajustada das mulheres no estado do Amazonas (R$ 931,02) em comparação à renda dos homens no Distrito Federal (R$ 2.926,56). Essa diferença representa o valor de R$ 1.995,54 em 2017.

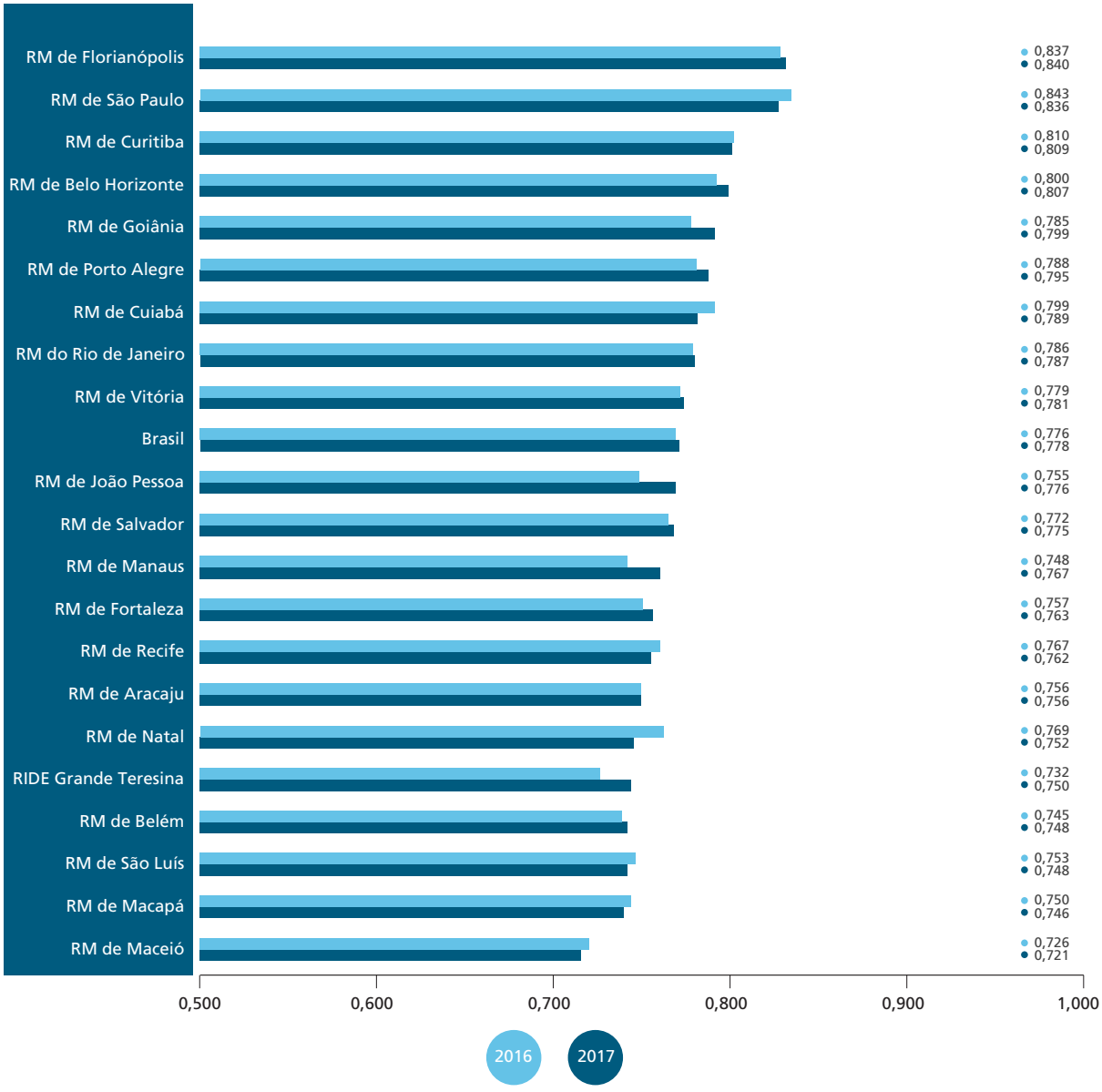
AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS RMs DO PAÍS

3 AS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DO IDHM NAS RMs DO PAÍS

Dentre as diferenças apresentadas pela PNAD Contínua em contraponto à PNAD Anual, realizada pelo IBGE até 2015, está a ampliação da coleta dos dados para vinte RMs e para a RIDE Grande Teresina.

De 2016 a 2017, o IDHM apresentou tendência de avanço em onze RMs analisadas e na RIDE Grande Teresina. As maiores tendências de aumento foram observadas na RM de João Pessoa (0,021), na RM de Manaus (0,019) e na RIDE Grande Teresina (0,018). No entanto, oito registraram redução no índice entre os dois anos analisados, com destaque para as RMs de Natal (-0,017), Cuiabá (-0,010) e São Paulo (-0,007). Dentre as RMs avaliadas, Vitória (0,002) e Rio de Janeiro (0,001) apresentaram os menores avanços. A RM de Aracaju não apresentou alteração no seu índice nesse período. O gráfico 13 demonstra os resultados das tendências anuais para vinte RMs e para a RIDE Grande Teresina.

GRÁFICO 13
Evolução do IDHM nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2016 e 2017)

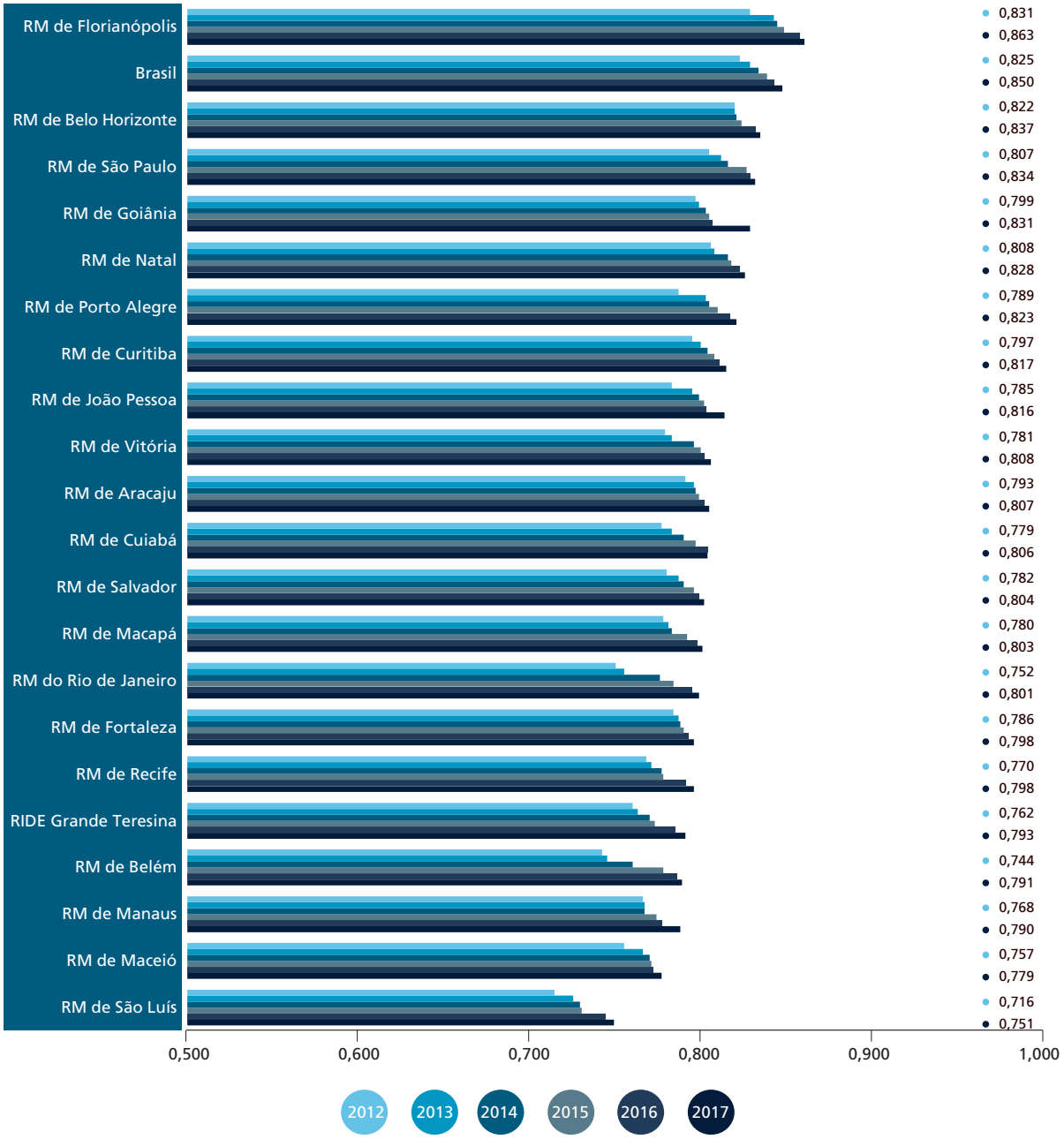


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM-L apresentou tendência de avanço nas vinte RMs analisadas e na RIDE Grande Teresina, entre 2012 e 2017. Neste período, as maiores tendências de aumento foram observadas nas RMs do Rio de Janeiro (0,049), Belém (0,047) e São Luís (0,035). No que concerne à expectativa de vida, essas RMs avançaram de 70,11 anos para 73,06; de 69,65 para 72,53 e de 67,95 para 70,07 anos, respectivamente. O gráfico 14 expõe os resultados das tendências anuais para as vinte RMs e para a RIDE Grande Teresina.

GRÁFICO 14

Evolução do IDHM-L nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2012-2017)

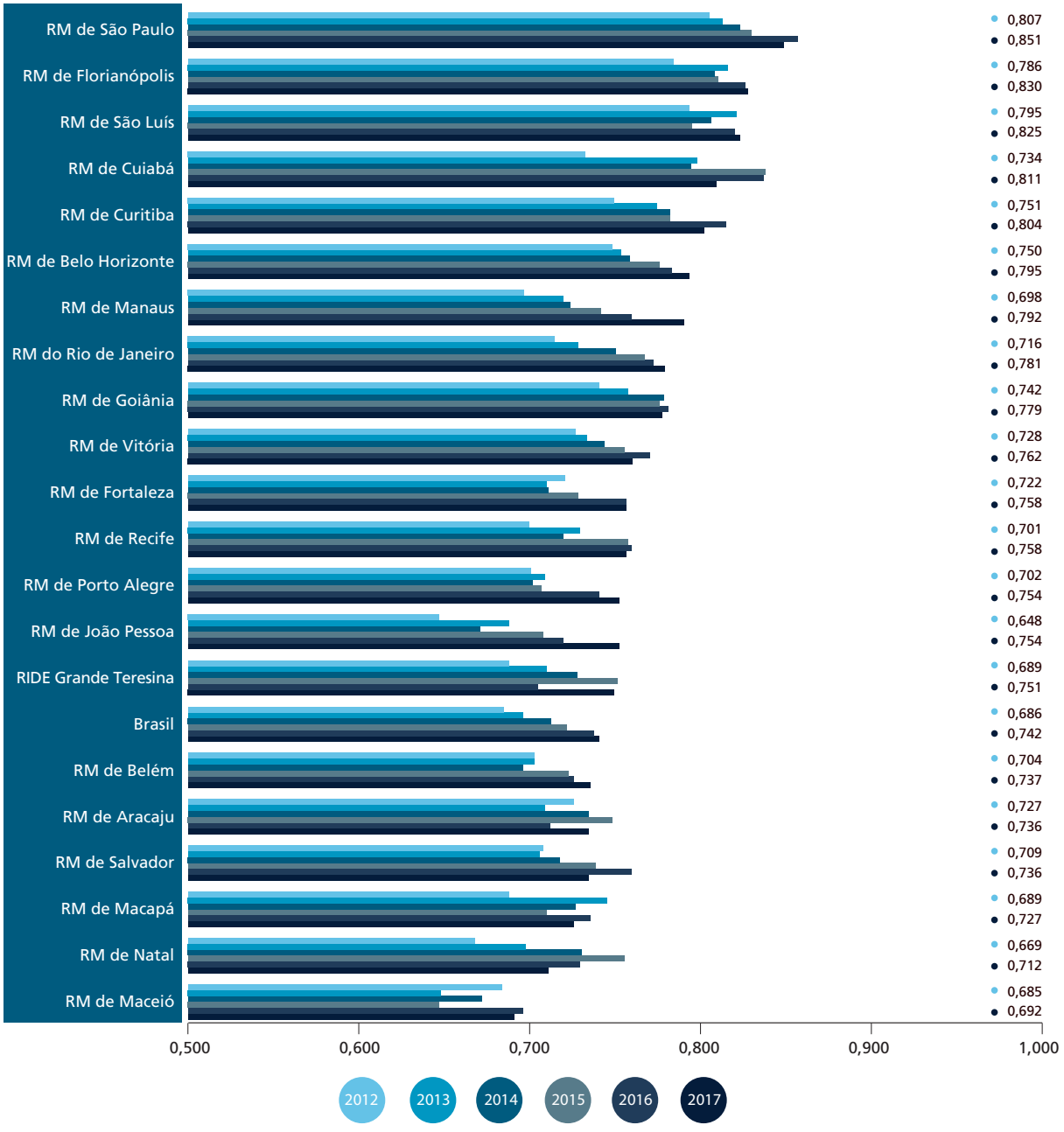


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM-E apresentou, entre 2012 e 2017, tendência de avanço em todas as vinte RMs analisadas e também na RIDE Grande Teresina. As maiores tendências de aumento foram observadas nas RMs de João Pessoa (0,106), Manaus (0,094) e Cuiabá (0,077). Por sua vez, duas RMs da região Nordeste, Maceió (0,007) e Aracaju (0,009), registraram o pior desempenho para o período. Salienta-se que essa tendência de melhora no IDHM não foi maior, uma vez que houve variação negativa, entre 2016 e 2017, em dez RMs. As maiores reduções ocorreram nas RMs de Cuiabá (-0,028), Salvador (-0,025) e Natal (-0,019) nos últimos dois anos da pesquisa. O gráfico 15 apresenta as tendências dos resultados anuais para vinte RMs e a RIDE Grande Teresina.

GRÁFICO 15

Evolução do IDHM-E nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2012-2017)



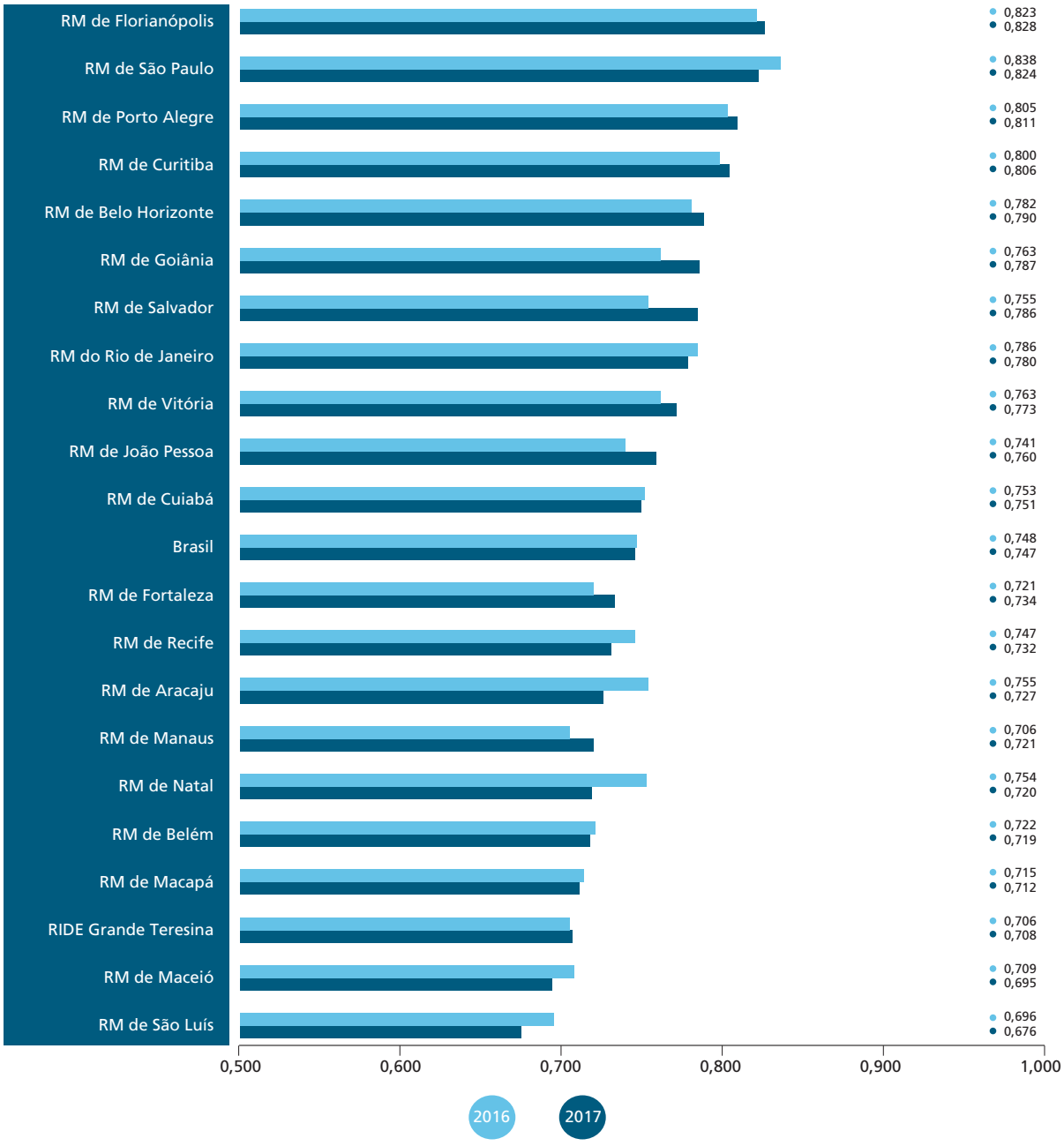
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Por fim, o IDHM-R apresentou tendência de avanço na RIDE Grande Teresina e em dez das vinte RMs analisadas. As outras dez RMs apresentaram queda no valor do índice, com os piores resultados para as RMs de Natal (-0,034), Aracaju (-0,028) e São Luís (-0,020). Destaca-se a redução no índice da RM de Maceió, que ocasionou a alteração na faixa de *alto* para *médio* desenvolvimento humano.

As maiores tendências de crescimento foram observadas nas RMs de Salvador (0,031), Goiânia (0,024) e João Pessoa (0,019). A RM com maior renda *per capita* em 2017 foi Florianópolis, com R$ 1.378,87, e a que apresentou menor renda *per capita* foi a RM de São Luís (R$ 535,44). O gráfico 16 apresenta as tendências dos resultados anuais para vinte RMs e a RIDE Grande Teresina.

GRÁFICO 16

Evolução do IDHM-R nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2016 e 2017)

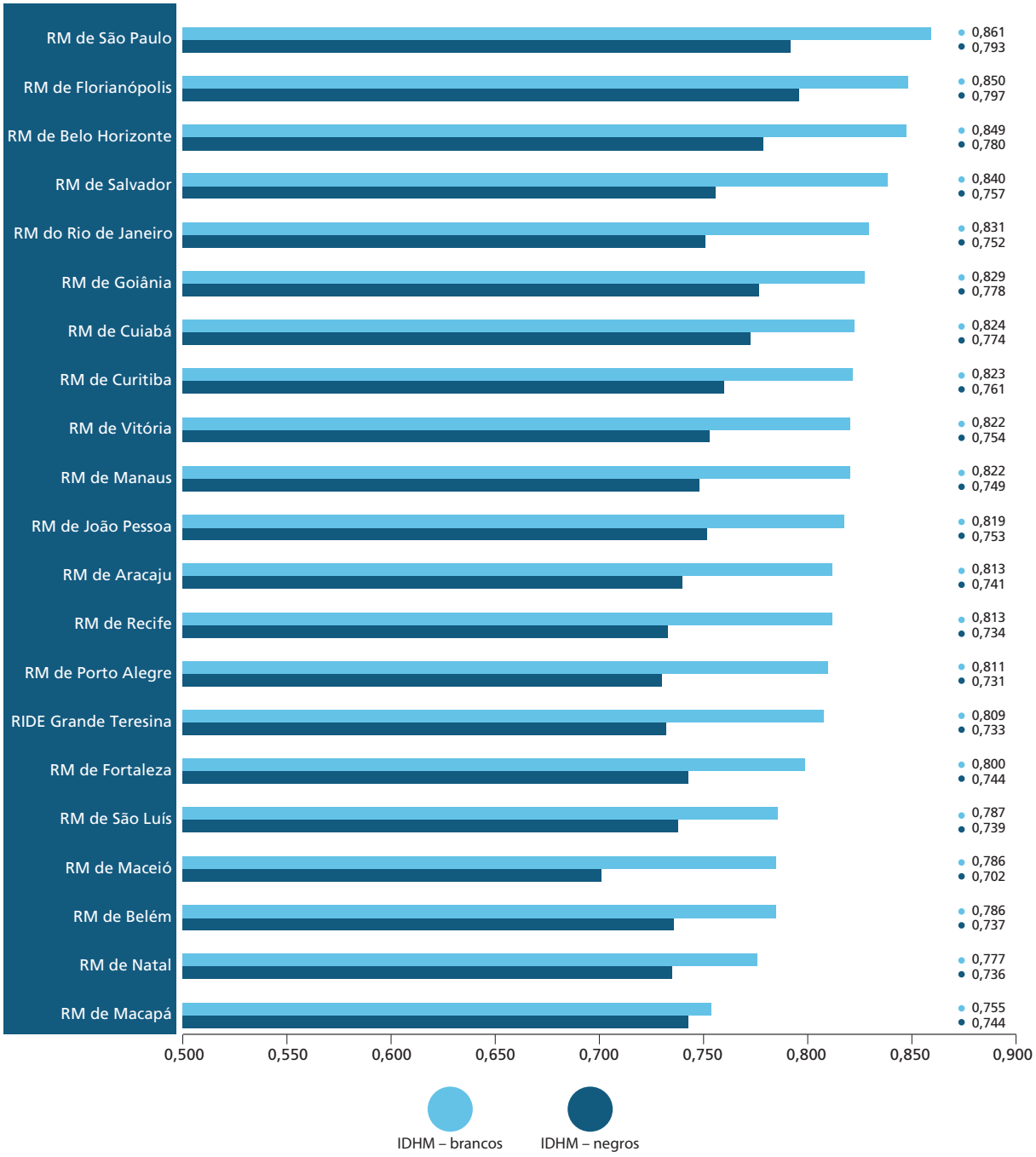


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

3.1 Análise do IDHM desagregado por cor e por sexo nas RMs

Ao analisar os resultados desagregados por cor em 2017, denota-se que nenhuma das vinte RMs, assim como a RIDE Grande Teresina encontra-se na faixa de *muito alto* IDHM para a população negra. O gráfico 17 mostra que, ao contrário do que ocorre com o IDHM de negros, a população branca registrou IDHM na faixa de *muito alto* em quinze RMs, bem como na RIDE Grande Teresina.

GRÁFICO 17
Diferença do IDHM desagregrado de brancos e negros nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O gráfico 17 auxilia, ainda, na observação de que a menor disparidade dos resultados entre os dois grupos sociais está na RM de Macapá (0,011). No entanto, as maiores desigualdades entre brancos e negros são encontradas nas RMs de Maceió (0,084), Salvador (0,083) e Porto Alegre (0,080). Cabe salientar ainda que, com exceção de Macapá, todas as demais RMs apresentaram diferenças acima de 0,041 entre o IDHM de brancos e negros.

A tabela 11, a seguir, exibe os resultados para as três dimensões do IDHM nas RMs. Em 2017, para o IDHM-E da população branca, quinze RMs estavam na faixa de *muito alto* e seis na faixa de *alto* desenvolvimento humano, com destaque para a RM de São Luís (0,849), na região Nordeste, que apresentou o segundo melhor resultado na comparação com as demais RMs e a RIDE Grande Teresina.

O resultado IDHM-E para a população negra traz novamente a RM de São Luís (0,821) como destaque, registrando o maior valor na comparação com as demais RMs. Na faixa de *muito alto* IDHM-E, juntamente com São Luís, está apenas a RM de São Paulo. Na faixa de *alto*, estão quinze RMs e a RIDE Grande Teresina. A RM de Maceió é a que apresenta a maior diferença entre brancos e negros (0,134), seguida da RM de Porto Alegre (0,110).

O destaque dessa dimensão é registrado pela RM de Macapá, em que a população negra (0,736) apresenta maior IDHM-E que a população branca (0,700). Diferença incomum quando se trata de resultados desagregados por cor. Contudo, a diferença entre o maior valor de IDHM para brancos (São Paulo – 0,879) e o menor valor de IDHM para negros (Maceió – 0,667) é de 0,212.

TABELA 11

Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por cor nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2017)

RM	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros
RM de Manaus	0,840	0,782	0,803	0,790	0,824	0,679
RM de Belém	0,764	0,730	0,809	0,786	0,785	0,697
RM de Macapá	0,700	0,736	0,833	0,794	0,737	0,705
RM de São Luís	0,849	0,821	0,792	0,744	0,725	0,660
RIDE Grande Teresina	0,825	0,734	0,810	0,788	0,792	0,682
RM de Fortaleza	0,790	0,744	0,812	0,793	0,797	0,698
RM de Natal	0,741	0,696	0,838	0,823	0,754	0,697
RM de João Pessoa	0,802	0,734	0,829	0,810	0,826	0,717
RM de Recife	0,825	0,729	0,801	0,792	0,812	0,686
RM de Maceió	0,801	0,667	0,790	0,775	0,767	0,670
RM de Aracaju	0,803	0,725	0,824	0,803	0,811	0,700
RM de Salvador	0,794	0,728	0,820	0,800	0,909	0,745
RM de Belo Horizonte	0,848	0,766	0,850	0,830	0,849	0,746
RM de Vitória	0,807	0,742	0,820	0,799	0,839	0,723
RM do Rio de Janeiro	0,833	0,746	0,824	0,789	0,835	0,722
RM de São Paulo	0,879	0,817	0,840	0,827	0,863	0,739
RM de Curitiba	0,821	0,749	0,823	0,807	0,824	0,730
RM de Florianópolis	0,847	0,771	0,866	0,853	0,838	0,771
RM de Porto Alegre	0,779	0,669	0,829	0,805	0,826	0,726
RM de Cuiabá	0,846	0,799	0,814	0,804	0,811	0,723
RM de Goiânia	0,818	0,756	0,846	0,822	0,822	0,759

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

O IDHM-L para brancos aparece apenas em duas RMs com valores na faixa de *alto* desenvolvimento humano: Maceió (0,790) e São Luís (0,792), ou expectativas de vida de 72,38 anos e 72,49, respectivamente. Todas as outras dezoito RMs têm valores na faixa de *muito alto* IDHM-L, com destaques para Florianópolis (0,866), Belo Horizonte (0,850) e Goiânia (0,846). Os valores apresentados para as expectativas de vida, nestas RMs, equivalem a 76,94, 76,01 e 75,76, na sequência. A Longevidade para a população negra, por sua vez, é registrada com valores de *muito alto* em onze RMs, com destaques para Florianópolis (0,853), Belo Horizonte (0,830) e São Paulo (0,827), com expectativas de vida de 76,15, 74,81 e 74,64, nesta ordem.

Além disso, destacam-se duas RMs pelo tamanho da desigualdade por cor. A diferença do IDHM-L entre brancos e negros em São Luís é de 0,048 e em Macapá, 0,039. No sentido contrário, aparecem as RMs de Recife e Cuiabá, que apresentam a menor diferença entre o IDHM-L de brancos e negros: 0,009 e 0,010, respectivamente. Por sua vez, a diferença entre o maior valor de IDHM-L para brancos – Florianópolis (0,866), ou expectativa de vida de 76,94 anos – e o menor valor apresentado para negros – São Luís (0,744) – é de 0,122, ou 7,33 anos de diferença.

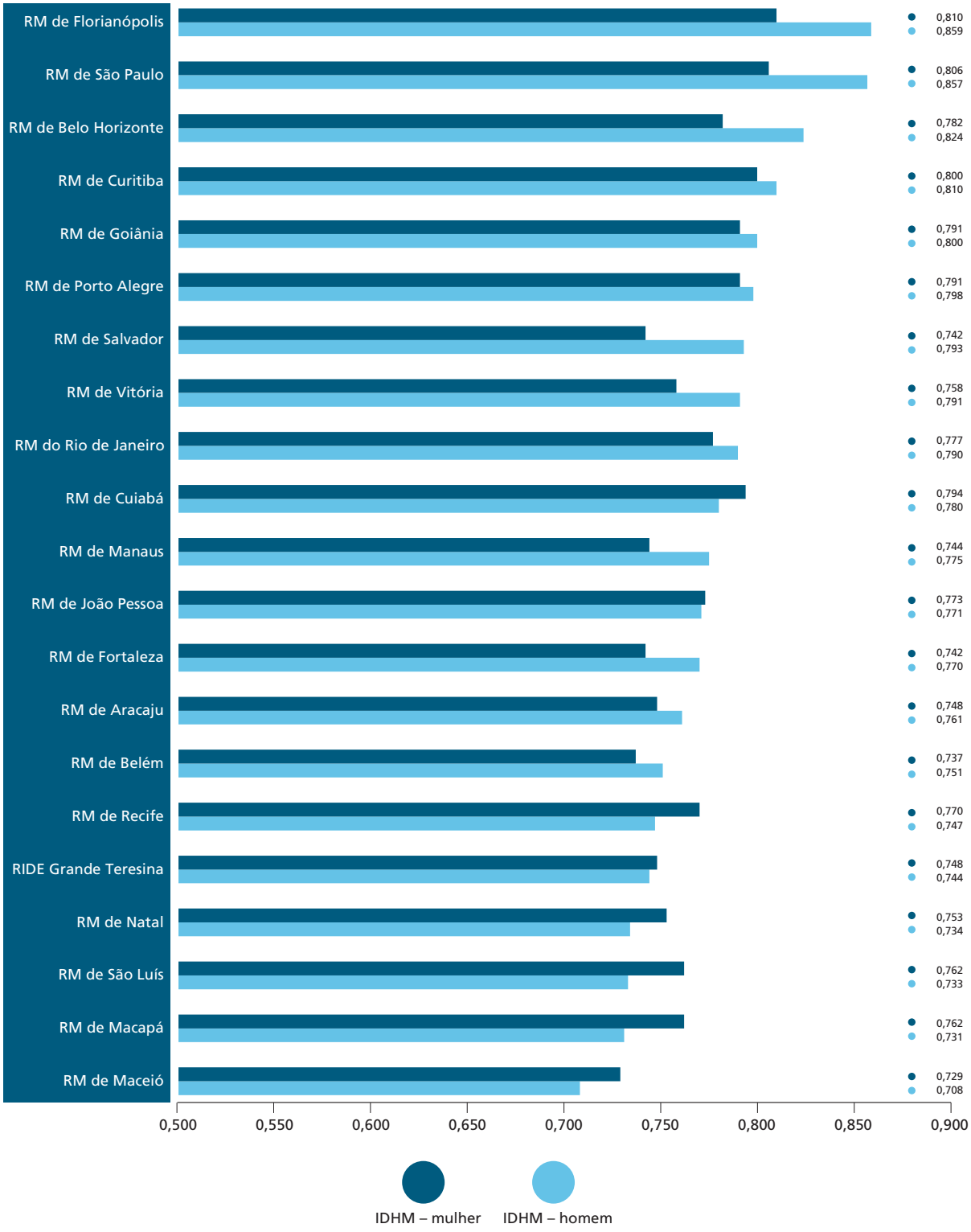
Na dimensão Renda, para os brancos, quatorze RMs têm valores de IDHM-R na faixa de *muito alto*, com destaque para as RMs de Salvador (0,909) e São Paulo (0,863). Considerando a renda *per capita* dessas RMs, os valores para 2017 equivalem a R$ 2.282,64 e R$ 1.719,65, respectivamente. A disparidade para os negros é significativa, uma vez que, enquanto aparecem quatorze RMs na faixa de *muito alto* para brancos, não existe nenhuma RM nesta mesma faixa para negros, sendo as RMs de São Luís (0,660) e Maceió (0,670) as que apresentam o pior resultado para negros nessa dimensão, com renda *per capita* de R$ 485,85 e R$ 516,86, respectivamente. Observa-se que, para os negros, os melhores resultados aparecem em Florianópolis (0,771), ou renda *per capita* de R$ 969,79, e Goiânia (0,759), ou renda de R$ 897,72.

Além disso, destacam-se duas RMs pela desigualdade entre os grupos analisados. A diferença de IDHM-R entre brancos e negros na RM de Salvador é de 0,164 e em Manaus, 0,145. No sentido contrário aparece Macapá, que é a RM dentre as observadas que apresenta a menor diferença entre os valores para a população branca e negra, 0,032. Ressalta-se ainda que o melhor resultado do IDHM-R para brancos e o pior para negros são registrados em duas RMs da região Nordeste, as RMs de Salvador (0,909) – renda *per capita* de R$ 2.282,64 –, com melhor valor para brancos, e de São Luís (0,660) – renda *per capita* de R$ 485,85 –, com pior valor para negros, chegando a uma diferença de 0,249 entre estes dois grupos, ou R$ 1.796,79.

A análise do IDHM ajustado por sexo nas RMs expressa, no gráfico 18, que o índice dos homens, em 2017, chega à faixa de *muito alto* desenvolvimento humano em cinco RMs e o das mulheres chega à mesma faixa em três. Em nenhum dos dois grupos foram observados valores abaixo da faixa de *alto* IDHM. Contudo, percebe-se que os homens apresentam melhores resultados em doze RMs e as mulheres aparecem com valores superiores em sete RMs e na RIDE Grande Teresina. Destacam-se as menores diferenças entre este grupo na RM de João Pessoa (0,002) e na RIDE Grande Teresina (0,004). Nestes dois casos, as mulheres têm melhor índice que os homens. Ao contrário disso, denota-se que as maiores diferenças são encontradas nas RMs de São Paulo e Florianópolis, em que as mulheres possuem IDHM menor que os homens em 0,051 e 0,049, nesta ordem.

GRÁFICO 18

Diferença do IDHM-Ajustado de mulheres e homens nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2017)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Ainda na análise desagregada por sexo (tabela 12), percebe-se que, para o grupo de homens, apenas três RMs configuram valores na faixa de *muito alto* na dimensão Educação: São Paulo (0,845), Florianópolis (0,821) e São Luís (0,802). Na contramão disso, também se percebe que três RMs registram valores na faixa de *médio* IDHM-E, sendo elas Macapá (0,697), Maceió (0,679) e Natal (0,675).

Para as mulheres, o número de RMs na faixa de *muito alto* IDHM-E é de oito e todas as restantes encontram-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Além disso, duas RMs destacam-se pela desigualdade entre homens e mulheres. A diferença de IDHM-E entre os dois sexos na RM de Natal é de 0,075 e o valor da diferença apresentado pelas mulheres com relação ao resultado dos homens em Cuiabá é de 0,078.

Em todas as RMs, as mulheres registram IDHM-E melhor que o dos homens, com a menor desigualdade sendo em São Paulo (0,011). Salienta-se, ainda, que a diferença entre o maior valor de IDHM para mulheres (São Paulo – 0,856) e o menor valor de IDHM para os homens (Natal – 0,675) é de 0,181.

TABELA 12

Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por sexo nas RMs e na RIDE Grande Teresina (2017)

RM	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
RM de Manaus	0,758	0,825	0,751	0,833	0,817	0,599
RM de Belém	0,723	0,750	0,743	0,843	0,789	0,634
RM de Macapá	0,697	0,760	0,775	0,833	0,722	0,700
RM de São Luís	0,802	0,847	0,706	0,798	0,695	0,654
RIDE Grande Teresina	0,729	0,771	0,742	0,844	0,762	0,643
RM de Fortaleza	0,745	0,770	0,745	0,851	0,823	0,623
RM de Natal	0,675	0,750	0,755	0,876	0,776	0,649
RM de João Pessoa	0,726	0,780	0,769	0,861	0,820	0,688
RM de Recife	0,729	0,785	0,746	0,849	0,767	0,686
RM de Maceió	0,679	0,706	0,718	0,840	0,729	0,654
RM de Aracaju	0,714	0,759	0,771	0,858	0,801	0,643
RM de Salvador	0,701	0,770	0,752	0,858	0,945	0,619
RM de Belo Horizonte	0,786	0,803	0,803	0,872	0,886	0,684
RM de Vitória	0,737	0,789	0,756	0,864	0,889	0,640
RM do Rio de Janeiro	0,772	0,790	0,756	0,845	0,844	0,702
RM de São Paulo	0,845	0,856	0,797	0,871	0,933	0,703
RM de Curitiba	0,798	0,813	0,770	0,865	0,865	0,729
RM de Florianópolis	0,821	0,835	0,830	0,897	0,931	0,709
RM de Porto Alegre	0,734	0,774	0,790	0,865	0,876	0,739
RM de Cuiabá	0,774	0,852	0,767	0,850	0,800	0,690
RM de Goiânia	0,755	0,807	0,791	0,869	0,856	0,707

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.
Elaboração dos autores.

Com relação à Longevidade dos homens, apenas duas RMs se apresentam na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano: Florianópolis (0,830) e Belo Horizonte (0,803). Ao se considerar a expectativa de vida, os valores equivalem a 74,80 anos e 73,15, respectivamente. Todas as demais RMs e a RIDE Grande Teresina apresentam valores na faixa de *alto* IDHM-L, sendo as RMs de Maceió (0,718) – expectativa de vida de 68,06 anos – e São Luís (0,706) – 67,33 anos – a registrarem os menores valores em 2017.

Para as mulheres, existe apenas uma RM que não se encontra dentro da faixa de *muito alto* IDHM-L, que é a de São Luís (0,798). Os melhores resultados de Longevidade para as mulheres são encontrados nas RMs de Florianópolis (0,897), Natal (0,876) e Goiânia (0,869).

Além disso, a diferença do IDHM-L entre mulheres e homens é destaque em duas RMs. Na RM de Maceió, o valor do IDHM-L das mulheres é maior que o dos homens e sua diferença é de 0,122; na RM de Natal, é de 0,121. Em contrapartida, a RM que mostra a menor diferença entre estes dois grupos é a de Macapá, com apenas 0,058. A diferença entre o maior valor de IDHM para mulheres (Florianópolis – 0,897) e o menor valor de IDHM para os homens (São Luís – 0,706) é de 0,191.

Por fim, a dimensão Renda, com valores ajustados pelo rendimento do trabalho para a desagregação por sexo, registra os melhores resultados em todas as vinte RMs e na RIDE Grande Teresina. Para os homens, apenas seis RMs se apresentam na faixa de *alto* IDHM-R, sendo as RMs de Maceió (0,729) e Macapá (0,722) as que apresentam menores valores. Todas as outras RMs estão na faixa de *muito alto* IDHM-R, com destaque para Salvador (0,945), São Paulo (0,933) e Florianópolis (0,931).

No entanto, para as mulheres, não há registro de nenhuma RM na faixa de *muito alto* IDHM-R. Existem sete RMs na faixa de *alto* IDHM-R, com destaque para Porto Alegre (0,739) e Curitiba (0,729), doze RMs na faixa de *médio* e uma RM na faixa de *baixo*, Manaus (0,599).

Além disso, no que diz respeito ao tamanho da desigualdade entre homens e mulheres nessa dimensão, destacam-se três RMs. A diferença do IDHM-R entre mulheres e homens na RM de Salvador é de 0,326; na RM de Vitória, 0,249; e na RM de São Paulo, 0,230.

Em contrapartida, as RMs que mostram as menores diferenças entre homens e mulheres são as de Macapá (0,022) e São Luís (0,041). A diferença entre o maior valor de IDHM-R para homens – Salvador (0,945) – e o menor valor de IDHM-R para as mulheres – Manaus (0,599) – é de 0,346.

EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SEUS ÍNDICES COMPONENTES NO PERÍODO DE 2012 A 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Radar IDHM para o período 2012 a 2017, obtido a partir dos dados da PNAD Contínua, aponta para uma tendência de avanço do IDHM, como observado na década anterior no país. No entanto, nota-se uma inflexão no ritmo de crescimento devido à diminuição da renda entre 2016 e 2017, que veio acompanhada do aumento da pobreza no país.

Entre as dimensões do IDHM, a Educação foi aquela que apresentou maior destaque positivo, com um avanço contínuo para o período e uma taxa de crescimento anual superior à observada para as demais dimensões que compõem o índice. No entanto, em alguns estados, nota-se uma diminuição de alguns indicadores de Educação, como a escolaridade de adultos e a frequência de adolescentes no ensino fundamental. Além disso, ainda é notável a persistência da lacuna existente entre os resultados para brancos e negros. Mesmo que tenha ocorrido avanço maior dos indicadores na dimensão Educação para a população negra do que para a branca no período entre 2012 e 2017, os brancos ainda registram IDHM-E 0,093 maior que o da população negra em 2017. As mulheres, por sua vez, possuem resultados melhores que os homens nessa dimensão, não havendo alteração nesse comportamento em todos os anos analisados.

O IDHM Longevidade aponta que os brasileiros passaram a viver mais em 2017 com a esperança de vida ao nascer registrando 75,99 anos. Em 2012, a esperança de vida era de 74,52 anos. As mulheres representam o grupo social com melhor condição nessa variável, vivendo até 79,56 anos em 2017 com aumento de 1,34 anos com relação a 2012. Os homens, em geral, possuem o menor valor na esperança de vida em todos os anos analisados pela pesquisa, inclusive menor que a população negra (74,09 anos) em 2017. A esperança de vida dos homens em 2012 era de 70,91 anos e passou a ser de 72,46 anos em 2017.

Especial atenção deve ser dada ao IDHM Renda e aos indicadores relativos, como desigualdade e pobreza. Os dados trazidos pela PNAD Contínua alertam para uma leve redução na renda domiciliar *per capita* da população brasileira (R$ 7,7), acompanhada por uma redução no IDHM-R entre 2016 e 2017. Essa variação negativa foi acompanhada pelo aumento na proporção de pessoas na extrema pobreza[1] entre 2016 e 2017, indo de 5,15% para 5,96%. Além disso, o estudo apresenta uma estagnação do índice de Gini no mesmo período, mantendo-se em 0,55.

Do ponto de vista regional, o Radar IDHM aponta para a permanência de indicadores distintos entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste do país, com Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina apresentando os melhores índices em 2017, ao passo que os estados de Alagoas, Maranhão e Piauí apresentam os resultados menos favoráveis. No entanto, ainda que o aumento do IDHM não apresente expressão significativa no período, com redução do índice em alguns casos (Distrito Federal, São Paulo, Roraima, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Acre), o destaque é dado a dois estados localizados nas regiões Norte e Nordeste e apresentam, inclusive, crescimento superior à média nacional: Amazonas (2,3%) e Paraíba (1,8%), respectivamente.

Em virtude da preocupação de não deixar ninguém para trás, o estudo também trouxe dados desagregados por cor e sexo. Constatou-se, por meio das análises desagregadas, que,

7. Proporção de pobres se refere à proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 140,00 de agosto de 2010.

entre 2016 e 2017, o grupo que apresentou o melhor IDHM foram os brancos. Os negros, por sua vez, apresentaram o pior resultado, atrás dos dados desagregados de homens e mulheres. Em 2017, as mulheres alcançaram valores próximos aos dos homens no IDHM-Ajustado, quando aparecem com 0,772 e eles, com 0,773.

Quanto à redução das desigualdades expressas entre homens e mulheres, dez estados apresentaram aumento na diferença entre esses dois grupos. O Espírito Santo teve o maior aumento na desigualdade entre homens e mulheres apenas entre 2016 e 2017, com valor de 0,020. A Bahia, por sua vez, expressa uma redução de -0,029 no valor do IDHM entre mulheres e homens, mas cabe ressaltar que esse fato é corroborado pela redução do IDHM das mulheres nesse estado e pelo aumento do IDHM dos homens entre os anos analisados.

A avaliação das desigualdades entre brancos e negros nas UFs brasileiras demonstra que Roraima registrou a maior desigualdade entre esses dois grupos em 2017 (0,091 de diferença). O resultado positivo nessa avaliação é destacado pelo estado do Amapá, que reduziu a desigualdade do IDHM entre brancos e negros. Contudo, cabe salientar que tal situação ocorre devido à diminuição do IDHM dos brancos e ao aumento do índice para a população negra entre os anos de 2016 e 2017.

No exercício de análise realizado pelo Radar IDHM, foi possível observar que os indicadores desagregados auxiliam no reconhecimento dos grupos mais vulneráveis, de maneira a apoiar a focalização de políticas públicas orientadas a não deixar ninguém para trás, seguindo o princípio da Agenda 2030.

Espera-se que os resultados trazidos pelo Radar IDHM e pela análise de tendências deles decorrente estimulem o desenho e a implementação de políticas públicas que contribuam para gerar avanços na realidade social e econômica do país, com redução das desigualdades socioespaciais, de gênero e de raça, bem como a ampliação das oportunidades de inclusão social, visando ao desenvolvimento humano sustentável da população brasileira.

REFERÊNCIAS

BANCO Mundial: pobreza extrema está diminuindo no mundo, mas a ritmo lento. **ONUBR**, 20 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2Vcvvbt>. Acesso em: 18 jan. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Nota metodológica renda**. Brasília: Ipea; FJP; PNUD, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Tw1amz>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Desenvolvimento humano para além das médias**. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2qJY194>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, dez. 2013. (Série Atlas do Desenvolvimento no Brasil 2013). Disponível em: <https://bit.ly/2HEqOnO>.

ANEXO METODOLÓGICO

A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD CONTÍNUA (2012-2017)

O processo de atualização das informações disponibilizadas pela plataforma do Atlas do Desenvolvimento Humano com dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) envolveu diferentes etapas e inúmeros ajustes metodológicos devido à complexidade das bases utilizadas e às particularidades inerentes às desagregações.

Os avanços na elaboração de variáveis, índices e subíndices a partir dos dados brutos das PNADs (2012-2017) demandaram, inicialmente, uma dedicação no cuidado de compatibilizar e adaptar os dicionários de variáveis do Censo Demográfico e da PNAD Contínua. Considerando as alterações e diferenças metodológicas, tanto no que se refere à abrangência quanto no que se refere ao formato de captação, a compatibilização de variáveis teve o intuito de uniformizar as informações ao longo do tempo para minimizar possíveis incompatibilidades entre as séries das duas pesquisas. Dentre as opções metodológicas desta pesquisa, dois aspectos relacionados à manutenção da uniformidade do cálculo dos indicadores merecem destaque: ***i***) demografia; e ***ii***) renda.

1 METODOLOGIA EMPREGADA PARA ESTIMATIVAS DE MORTALIDADE

Conhecer os níveis e padrões de mortalidade por idade, cor e sexo é elementar para a compreensão da dinâmica demográfica e para o planejamento e a implementação de políticas sociais no Brasil. Sabe-se, por exemplo, que homens e mulheres, brancos e negros possuem diferenças em seus perfis de morbidade e mortalidade. Para que sejam tomadas decisões adequadas no que se refere às políticas públicas de saúde e previdência social, torna-se imperativa a existência de informações fidedignas de óbitos, desagregadas por idade, sexo e cor, além de dados sobre as causas de morte e doenças. Apesar da importância do recorte analítico da mortalidade em tais categorias para o processo de planejamento das políticas sociais, pouco ainda é feito, haja vista os limites das fontes de dados.

Nos países em desenvolvimento, e no Brasil não é diferente, estimar indicadores de mortalidade é um desafio. Apesar dos avanços na qualidade das estatísticas vitais no país, problemas comuns ainda persistem, o que impossibilita a utilização direta dos dados de óbito e população para calcular estimativas de mortalidade. Além dos erros de declaração, dos erros amostrais e do grau de representatividade, os demógrafos ainda devem lidar, no caso especificamente do Brasil e da categoria cor, com a reclassificação racial ao longo do tempo.

No Brasil, a autoatribuição individual da cor da pele é um fenômeno mutável que está relacionado a um processo positivo de alteração da autoidentificação e pertencimento racial. Contudo, esse fenômeno social positivo vem acompanhado de desafios para o cálculo de indicadores demográficos ao longo dos anos, do ponto de vista da estatística.[1]

Para contornar, ou pelo menos minimizar tais desafios, muitos pesquisadores combinam métodos demográficos a fim de mensurar a mortalidade no país, com o objetivo de estimar de forma mais acurada as variáveis analisadas. Não existe um método mais adequado para corrigir problemas nos dados de demografia (Agostinho e Queiroz, 2008). Cada método possui vantagens e desvantagens específicas que devem ser consideradas no momento de sua escolha, bem como a disponibilidade dos dados para a aplicação deles.

Assim sendo, o objetivo desta nota metodológica é apresentar os procedimentos utilizados para calcular os indicadores de mortalidade, por sexo e cor para o Brasil, as Unidades da Federação (UFs) e regiões metropolitanas (RMs), para o período de 2012 a 2017. Como será mostrado, não foi possível calcular diretamente tais indicadores, apesar da boa qualidade das informações de mortalidade disponíveis no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), tornando-se necessário adotar pressupostos e lançar mão de metodologias alternativas.

1.1 Taxas de mortalidade do Brasil, das UFs e das RMs, por sexo, de 2012 a 2017

Inicialmente, considerou-se calcular os indicadores de mortalidade, por sexo, de forma direta, ou seja, utilizar os óbitos, disponíveis no *site* do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde/Ministério da Saúde (Datasus/MS), e a população das PNADs Contínuas, uma vez que, para o Brasil, as UFs e as RMs, há boa cobertura de dados de mortalidade.

1. Para mais informações, consultar PNUD, Ipea e FJP (2017).

No entanto, ao analisar a estrutura etária das populações disponíveis nas PNADs Contínuas, foram observadas significativas variações, de um ano para outro, fato que comprometeu os cálculos diretos. Para exemplificar tais flutuações, as tabelas A.1 e A.2 apresentam as variações relativas da população do estado de São Paulo e da RM de São Paulo, respectivamente, por sexo e grupos de idade, no período de um ano.

No caso do estado de São Paulo, verifica-se, para as crianças menores de 1 ano de idade do sexo feminino, amplitude de variação entre -14,4% e 12,6%. Para os homens menores de 1 ano, a amplitude de oscilação foi de -26,04% a 28,2%. Para a RM de São Paulo, no grupo etário menor que 1 ano, para o sexo feminino, as variações relativas oscilaram de -19,3%, entre 2012 e 2013, a 2,8%, entre 2014 e 2015. No caso dos homens, essas flutuações foram ainda maiores, de -27,3%, entre 2013 e 2014, e 60,8%, entre 2012 e 2013. Oscilações expressivas foram observadas nos demais grupos de idade.

TABELA A.1

Variação relativa da população do estado de São Paulo, por sexo e grupos etários (2012-2017)

(Em %)

Grupos etários	Feminino					Masculino				
	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017
Menor de 1	-14,4	12,6	2,2	-2,5	-7,5	-26,4	28,2	-3,4	-3,6	2,0
1 a 4	1,5	-0,2	-5,7	5,5	2,9	-4,4	7,0	-2,6	0,1	-9,5
5 a 9	0,8	1,4	0,5	-2,3	5,2	5,5	0,8	-4,6	2,1	-8,5
10 a 14	-4,4	1,0	1,5	0,1	-8,8	-6,1	7,2	0,7	2,2	5,9
15 a 19	9,7	-2,3	-1,8	-6,9	7,9	3,9	-3,9	-5,8	-1,0	9,5
20 a 24	0,1	-3,9	9,1	-9,6	7,8	7,2	-1,2	-0,6	11,5	-10,1
25 a 29	0,5	-2,4	-8,7	5,2	-2,8	10,5	-5,4	6,4	-4,4	9,0
30 a 34	9,7	-4,5	-3,6	6,0	-5,5	-6,0	6,1	-0,2	-5,5	7,8
35 a 39	0,7	2,8	-7,5	5,8	12,1	4,0	-2,9	-7,4	0,2	-7,9
40 a 44	-4,4	7,1	7,2	-1,0	6,0	2,9	-4,0	-3,9	-2,9	2,5
45 a 49	6,7	-0,8	-1,0	2,1	-3,8	-5,7	2,4	-1,0	4,1	-0,5
50 a 54	4,6	5,0	0,3	6,1	-2,2	-3,2	-11,1	-1,0	-1,7	1,1
55 a 59	-2,2	7,7	-3,7	9,0	1,8	0,0	-1,9	-2,8	-4,0	0,7
60 a 64	0,1	6,7	4,1	-3,1	1,7	-2,2	-7,3	-1,5	-6,6	-1,0
65 a 69	4,3	-0,8	5,1	6,2	-2,0	-10,2	2,2	-4,7	7,8	-11,4
70 a 74	-0,1	-3,2	8,2	-1,3	2,1	5,0	-1,1	0,6	-1,3	-6,3
75 a 79	-11,3	6,1	10,0	-0,2	-11,4	-0,9	-0,2	-4,7	4,6	11,7
80 e mais	19,9	-0,9	-0,8	5,0	4,4	16,5	-13,1	6,6	-5,0	-2,7
Total	**1,9**	**0,9**	**-0,1**	**1,3**	**1,2**	**0,2**	**-0,8**	**-1,8**	**-0,3**	**-0,3**

Fonte: PNAD Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Diretoria de Estatística e Informações (Direi) e Diretoria de Políticas Públicas (DPP)/FJP.

TABELA A.2

Variação relativa da população da RM de São Paulo, por sexo e grupos etários (2012-2016)

(Em %)

Grupos etários	Feminino				Masculino			
	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016
Menor de 1	-19,3	-3,6	2,8	-6,8	60,8	-27,3	-1,5	11,6
1 a 4	-3,9	10,1	-11,6	-6,9	7,6	-5,7	3,6	-8,2
5 a 9	0,8	11,2	-5,6	3,3	-3,7	-0,4	1,2	2,3
10 a 14	-6,3	6,6	-3,7	3,6	15,7	-6,6	1,5	-1,6
15 a 19	11,7	2,9	-2,4	-17,7	-4,4	5,2	7,6	11,1
20 a 24	-3,8	-6,8	13,8	-8,7	-1,3	-6,5	-1,5	-5,7
25 a 29	-3,2	0,1	-3,6	-1,2	-6,9	-7,4	4,5	5,7
30 a 34	6,8	-2,5	-8,4	5,4	9,4	-7,8	0,3	7,4
35 a 39	7,5	1,0	-11,8	11,5	-7,6	2,0	8,4	-4,2
40 a 44	-0,7	9,8	-1,1	3,6	5,9	4,6	-3,7	10,1
45 a 49	8,9	-4,0	0,6	2,4	5,1	-4,9	10,9	-8,0
50 a 54	3,4	7,1	5,6	3,6	-1,2	12,3	1,1	-1,2
55 a 59	-11,0	12,8	-5,2	9,9	-5,7	1,7	11,6	4,0
60 a 64	-6,7	14,3	-5,3	-9,4	-3,1	8,9	-1,0	9,1
65 a 69	15,7	-15,6	26,7	4,7	16,5	-0,9	3,7	-17,6
70 a 74	-0,8	-6,8	7,1	2,1	-8,9	-8,2	3,2	13,8
75 a 79	-20,1	4,6	13,7	-0,4	8,2	1,4	6,3	-13,6
80 e mais	14,8	1,2	1,1	-2,2	-37,0	35,5	-11,8	11,6
Total	**0,7**	**2,7**	**-1,3**	**0,2**	**0,9**	**-1,3**	**3,1**	**1,3**

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Direi e DPP/FJP.

Assim sendo, os indicadores de mortalidade do Brasil e das UFs por sexo foram retirados das Tábuas de Mortalidade, calculadas e projetadas pelo IBGE até 2060 e 2030, respectivamente.[2] Além das variações na estrutura etária, mencionadas anteriormente, optou-se por utilizar tais indicadores, uma vez que, para a revisão das projeções populacionais,[3,4] a componente mortalidade permaneceu sem alterações, indicando a manutenção da tendência observada na década de 2010. Para as RMs, inicialmente, foram calculadas as probabilidades de morte totais diretamente, por meio da equação (A.1).

$$ {}_nq_x^{total,RM} = \frac{{}_nd_x^{total,RM}}{l_x^{total,RM}} \qquad \text{(A.1)} $$

2. Tábuas de Mortalidade disponíveis em: <https://bit.ly/2QEebtl>. Acesso em: 13 fev. 2019.
3. As projeções populacionais das UFs e do Brasil passaram tradicionalmente por uma segunda revisão. Tal revisão ocorreu em 2018 e deveu-se à mudança de trajetória da hipótese de fecundidade adotada na revisão das projeções de 2013.
4. Projeções disponíveis em: <https://bit.ly/2QEebtl>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Em que ${}_nq_x^{total,RM}$ é a probabilidade de morte total da população da RM, de *x* anos a *x+n* anos; ${}_nd_x^{total,RM}$ é o número de óbitos totais, entre *x* e *x+n* anos de idade, da RM; e $l_x^{total,RM}$ é o total da população com idade *x*, residente na RM.

Essas probabilidades de morte foram ajustadas com base nas Tabelas de Sobrevivência (TS), projetadas pelo IBGE, para as UFs, por meio de um modelo relacional. Tomou-se emprestado o padrão de distribuição de mortalidade das TS projetadas de cada estado onde estão localizadas as RMs e ajustou-se somente o nível com base nos valores de ${}_1q_0$, ${}_5q_1$, ${}_5q_{10}$ e ${}_5q_{15}$, devido à maior prevalência das mortes. Esses valores são representativos das condições de mortalidade dos menores de 1 ano, de 1 a 4 anos de idade, de 10 a 14 anos e de 15 a 19 anos, respectivamente. Esse modelo prediz que a função $Y^{total,RM}(z)$ da RM, tem uma relação linear com a função $Y^{total,UF}(z)$, da UF à qual pertence. A relação linear entre as duas funções é representada pela fórmula (A.2).

$$Y^{total,RM}(z) = \alpha^{total} + \beta * Y^{total,UF}(z) \qquad \text{(A.2)}$$

Em que $Y^{total,RM}(z) = ln\left[\frac{{}_nq_x^{total,RM}}{1-{}_nq_x^{total,RM}}\right]$; $Y^{total,UF}(z) = ln\left[\frac{{}_nq_x^{total,UF}}{1-{}_nq_x^{total,UF}}\right]$; ${}_nq_x^{total,UF}$ é a probabilidade de morte entre as idades *x* e *x+n* da UF; e *z = 1, 2, 3... 80 e mais*.

Uma vez que o padrão de distribuição da mortalidade para cada RM foi tomado emprestado de sua respectiva UF, β foi igualado a 1. O nível de mortalidade foi ajustado com base no parâmetro α^{total}, calculado pela fórmula (A.3)

$$\alpha^{total} = \left(Y^{total,RM}(0) - Y^{total,UF}(0)\right) + \left(Y^{total,RM}(1) - Y^{total,UF}(1)\right) + (Y^{total,RM}(10) - Y^{total,UF}(10)) + (Y^{total,RM}(15) - Y^{total,UF}(15))/4 \qquad \text{(A.3)}$$

Substituindo β por 1, $Y^{total,RM}(z)$ e $Y^{total,UF}(z)$ pelas igualdades anterior, a equação (A.2) pode ser reescrita da seguinte maneira:

$$ln\left[\frac{{}_nq_x^{total,RM}}{1-{}_nq_x^{total,RM}}\right] = \alpha^{total} + ln\left[\frac{{}_nq_x^{total,UF}}{1-{}_nq_x^{total,UF}}\right] \qquad \text{(A.4)}$$

Se o *anti-logito* = $l^{total,RM}(z)$ e $l^{total,RM}(z) = 1 - q^{total,RM}(z)$, as probabilidades de sobrevivência, por grupos etários, das tabelas de vida, por sexo, foram geradas pela fórmula (A.5).

$$l^{total,RM\ ajustada}(z) = \frac{2*Y^{total}(z)}{1+e^{Y_S^{total}(z)}} \qquad \text{(A.5).}$$

O parâmetro β afeta o padrão de distribuição da mortalidade por idade e o parâmetro α^{total}, por sua vez, modifica o nível global da mortalidade. Por exemplo, elevado valor de β indica que as taxas de mortalidade aumentam em um ritmo mais acelerado com a idade e elevado valor de α^{total} indica altas taxas de mortalidade em todas as idades (Miranda, 2015).

De posse das probabilidades de sobrevivência totais ajustadas das RMs $(l^{total,RM\ ajustada}(z))$, calcularam-se as probabilidades de morte totais ajustadas $({}_nq_x^{total,RM\ ajustada})$ e utilizou-se a relação entre as probabilidades de morte masculinas e totais (*M*) e as probabilidades de morte femininas e totais (*W*), das UFs, para o período de 2012 a 2017, para calcular as probabilidades de morte masculinas e femininas das RMs, por sexo e por ano, conforme as equações (A.6) e (A.7).

$$ {}_nq_x^{masculina,RMs} = {}_nq_x^{total,RM\ ajustada} * M \quad \text{(A.6)} $$

$$ {}_nq_x^{feminina,RMs} = {}_nq_x^{total,RM\ ajustada} * W \quad \text{(A.7)} $$

Com base nas probabilidades de morte das RMs, por sexo, calcularam-se as TS masculinas e femininas, para o intervalo de 2012 a 2017.

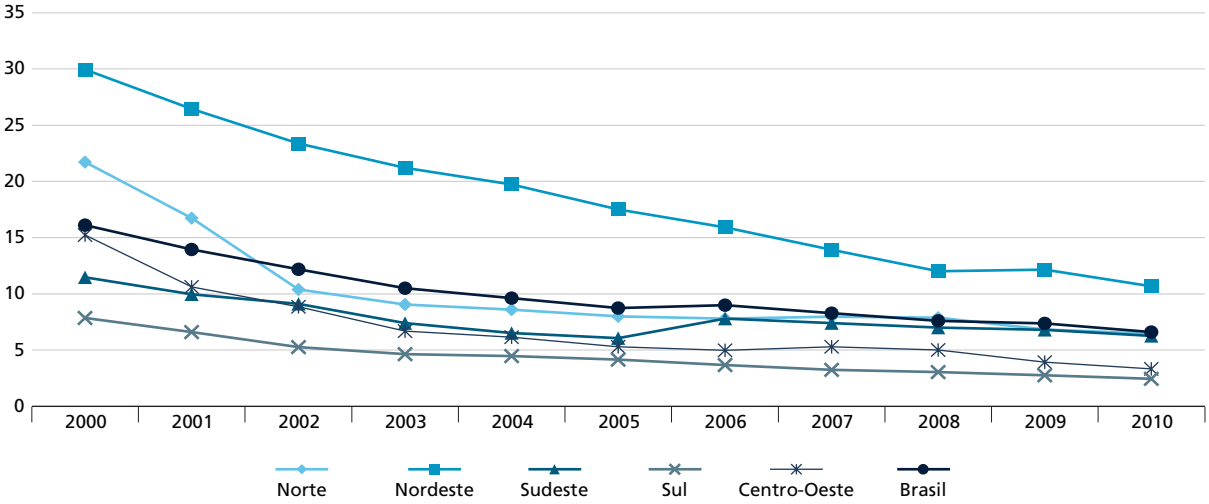
1.2 Métodos para estimar as taxas de mortalidade do Brasil, das UFs e das RMs, por cor, de 2012 a 2017

O quesito cor foi incluído na Declaração de Óbitos do SIM/MS em 1996. Sua inclusão abriu portas para estatísticas mais pormenorizadas e análises de dados mais ricas, que possibilitariam a elaboração de políticas sociais direcionadas para contingentes populacionais específicos. Entretanto, desde sua introdução, o preenchimento do campo cor pelo declarante do óbito ou profissional responsável não é feito de forma adequada, fato que compromete a qualidade das informações do sistema (Brasil, 2005).

Nos últimos anos, houve progressiva redução na porcentagem de casos de registros de óbitos por cor ignorada em todo o Brasil. O gráfico A.1 mostra que, no ano 2000, a porcentagem de registros de óbitos cuja cor foi ignorada era superior a 15,0% no país. Em 2010, essa mesma porcentagem foi de quase 5,0% – queda relativa de 60,0% em dez anos. Hipoteticamente é possível afirmar que o SIM, como um todo, esteja se aproximando de uma quase universalização das declarações de cor nas Declarações de Óbito (Brasil, 2005). Não obstante, tal afirmação deve ser vista com cautela, uma vez que a média nacional mascara as disparidades regionais que certamente interferem na qualidade dos dados.

Ao desagregar as porcentagens de cor ignorada, por macrorregião, verificam-se grandes desigualdades: enquanto nas macrorregiões Sul e Sudeste, em 2000, as porcentagens de óbitos com cor ignorada eram de 7,8% e 11,4%, respectivamente, no Norte e no Nordeste, as porcentagens eram mais elevadas que a média nacional, ultrapassando os 20,0% (21,7% e 29,9%, respectivamente). Apesar da queda relativa dos óbitos com cor ignorada em todas as regiões do país ao longo do tempo, o Nordeste brasileiro continuou com a porcentagem superior à média nacional em 2010 (6,6%), com 10,6% das mortes com a cor ignorada.

GRÁFICO A.1
Casos de cor ignorada nos registros do SIM – Brasil e macrorregiões (2000-2010)
(Em %)



Fonte: Datasus/MS. Disponível em: <https://bit.ly/2CE64bF>. Acesso em: 22 out. 2018.

O grau de cobertura oficial de cor também pode estar comprometido pela reclassificação racial. A autoatribuição de pertença é o método oficial de identificação da cor no Brasil e não está relacionada somente aos atributos físicos das pessoas. A cor, diferentemente da variável sexo, além de possuir múltiplas categorias, não possui um limite bem-definido que permita a inclusão de uma pessoa em uma categoria ou em outra (Muniz, 2012). Soma-se a isso o fato de que a autoclassificação dos indivíduos varia ao longo do tempo e dentro do próprio país, conforme sua ideologia, seu estrato social e mesmo devido às políticas públicas.

Miranda (2015) mostra como o crescimento e a diminuição de determinadas categorias de cor no Brasil, a partir da década de 1990, podem ser atribuídas à reclassificação da população ao longo dos anos. Pela tabela A.3, observa-se que, em 1990, 7,3 milhões de pessoas se identificaram como pretas. De acordo com as taxas de mortalidade prevalecentes nos dez anos seguintes, esperava-se que 6,8 milhões de pessoas (com 10 anos ou mais de idade) se autodeclarassem pretas em 2000. Contudo, a categoria preto contou com 9,0 milhões de pessoas em 2000, o que indica que 2,2 milhões de pessoas se reclassificaram como pretas. Em termos relativos, isso significou um crescimento de 33%.

As estimativas para o período de 2000 e 2010 mostram que o número de pretos continuou a crescer. Esperava-se que 9,9 milhões de pessoas (com 10 anos ou mais de idade) se autodeclarassem pretas em 2010, mas o que o censo mostrou foi que o número de pessoas pretas era de 13,0 milhões – crescimento relativo de 31,0%. Para Miranda (2015), os fluxos de reclassificação de cor são mais comuns entre categorias com fenótipos semelhantes: fluxos entre pretos e pardos e entre pardos e brancos devem ser mais comuns. Fluxos diretos entre pretos e brancos devem ser mais raros. De acordo com essa suposição, as estimativas indicam que a categoria pardo perdeu 3,6 milhões de pessoas para a categoria branco e 2,2 milhões para a categoria preto durante a década de 1990. Essa perda foi mais significativa nos anos 2000, quando 10,0 milhões de pessoas brancas se autodeclararam pardas.

TABELA A.3
Reclassificação racial – Brasil (1990-2010)

Período de 1990 a 2000	Categoria racial				
	Branco	Pardo	Preto	Asiático	Indígena
1990 – população enumerada (A)	74,7 (0,0017)	61,5 (0,016)	7,3 (0,007)	0,6 (0,002)	0,3 (0,002)
2000 – população acima de 10 anos de idade projetada (B)	71,1 (0,017)	58,2 (0,016)	6,8 (0,007)	0,6 (0,002)	0,3 (0,002)
2000 – população acima de 10 anos enumerada (C)	74,7 (0,017)	52,0 (0,016)	9,0 (0,008)	0,7 (0,002)	0,6 (0,002)
Mudança devido à reclassificação (C - B = D)	3,6 (0,005)	-6,2 (0,007)	2,2 (0,004)	0,1 (0,001)	0,3 (0,002)
Porcentagem de mudança devido à reclassificação (D/B)	5	-11	33	16	112
Período de 2000 a 2010	Branco	Pardo	Preto	Asiático	Indígena
2000 – população enumerada (E)	92,0 (0,018)	65,8 (0,016)	10,6 (0,008)	0,8 (0,002)	0,7 (0,002)
2010 – população acima de 10 anos de idade projetada (F)	88,1 (0,017)	62,6 (0,016)	9,9 (0,008)	0,7 (0,002)	0,7 (0,002)
2010 – população acima de 10 anos enumerada (G)	77,8 (0,006)	68,8 (0,006)	13,0 (0,003)	1,8 (0,001)	0,6 (0,001)
Mudança devido à reclassificação (G - F = H)	-10,3 (0,003)	6,2 (0,002)	3,1 (0,002)	1,1 (0,001)	-0,1 (0,001)
Porcentagem de mudança devido à reclassificação (H/F)	-12	10	31	159	-11

Fonte: Miranda (2015, p. 1615).

Assim sendo, as estatísticas de óbitos por cor, além de serem envoltas por problemas de subnotificação, decorrentes de cobertura incompleta dos registros civis, erros de declaração, erros amostrais, grau de representatividade, entre outros, são comprometidas também pela reclassificação ao longo do tempo. Por isso, para o cálculo das TS do Brasil, de estados e RMs, por cor, para o período de 2012 a 2017, utilizou-se a relação das probabilidades de morte entre brancos e a população total (*B*) e entre negros e a população total (*N*), de 2010, probabilidades calculadas de forma indireta, pelo método de Brass.

A metodologia proposta por Brass e Coale (1973), ao considerar o número de nascidos vivos totais até a data do censo, o número deles que permanecem vivos até a data do censo e o número de nascidos vivos nos doze meses anteriores ao censo, por grupos etários das mulheres e por cor, pode, de certa forma, minimizar os efeitos ocasionados pela reclassificação. A reclassificação da cor dos filhos, entre um censo e outro, não ocorrerá devido à autoatribuição deles, mas, sim, em consequência da mudança de categoria de cor da mãe. Vale destacar também que, teoricamente, e se tratando de genótipo, filhos de mulheres brancas serão brancos ou pardos, ao passo que filhos de mulheres negras (pretas e pardas) serão sempre negros, o que minimiza também o comprometimento dos dados pela mobilidade entre cores ao longo dos anos.

De posse das probabilidades de morte totais, de brancos e negros, em 2010, calculou-se uma relação, conforme mostram as equações (A.8) e (A.9).

$$B = \frac{{}_nq_x^{brancos}}{{}_nq_x^{total}} \quad \text{(A.8)}$$

$$N = \frac{{}_nq_x^{negros}}{{}_nq_x^{total}} \quad \text{(A.9)}$$

Em que ${}_nq_x^{brancos}$ e ${}_nq_x^{negros}$ são as probabilidade de morte dos brancos e negros, respectivamente, em 2010; e ${}_nq_x^{total}$ é a probabilidade de morte total, em 2010.

Essas relações foram multiplicadas pelas probabilidades de morte totais, calculadas anteriormente, para o Brasil, as UFs e as RMs, de 2012 a 2017, gerando assim as probabilidades de morte para cada uma dessas regiões, por cor e para os anos em questão.

Destaca-se que o pressuposto assumido para o cálculo dos indicadores de mortalidade, por cor, para o período analisado, é a manutenção dos diferenciais entre brancos e negros, em relação aos indicadores para a população total, de 2010. A evolução desses indicadores ao longo do tempo seguiu a evolução dos indicadores relativos à população total.

2 METODOLOGIA EMPREGADA PARA ESTIMATIVAS DE RENDA

Para a construção dos indicadores de Renda, foi utilizada a variável derivada *VD5005* – rendimento efetivo domiciliar *per capita*, que exclui o rendimento das pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Inclui os rendimentos provenientes de todos os trabalhos, para pessoas de 14 anos ou mais de idade, e de outras fontes das pessoas residentes.

O rendimento proveniente de outras fontes é composto pelo rendimento efetivamente recebido no mês de referência de: aposentadoria ou pensão de instituto de previdência oficial federal, estadual, municipal, ou do governo federal, estadual, municipal; aluguel e arrendamento; seguro-desemprego ou seguro-defeso; pensão alimentícia, doação ou mesada de não morador; e outros rendimentos, em que estão incluídos rentabilidades de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais, exploração de patentes etc. O rendimento efetivo difere do habitual em dois pontos: quanto à data de referência, o efetivo se refere ao mês anterior e o habitual ao mês atual; quanto ao valor, no rendimento efetivo são consideradas as parcelas esporádicas que não fazem parte do rendimento normalmente recebido.

Os valores de rendimento são divulgados pelo IBGE em valores nominais para quatro trimestres. Esses valores foram deflacionados para agosto de 2010, data de referência dos indicadores de renda do Atlas do Desenvolvimento Humano. Para isso, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE.

Os dados de rendimento de outras fontes para 2012 a 2015 ainda não foram divulgados e liberados para uso público pelo IBGE. Em outubro de 2015, o questionário da PNAD Contínua passou por uma grande reformulação, perdendo a comparabilidade com os anos anteriores. Sendo assim, os indicadores de renda, com base na PNAD Contínua, só puderam ser calculados para 2016 e 2017.

Para efeito de cálculo do *indicador percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho* e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Renda (IDHM-R) por sexo, ajustado pelo rendimento do trabalho, foi utilizada a variável derivada *VD4020* – rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos, para pessoas de 14 anos ou mais de idade que receberam em dinheiro produtos ou mercadorias em qualquer trabalho.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, C. S.; QUEIROZ, B. L. Estimativas da mortalidade adulta para o Brasil no período 1980/2000: uma abordagem metodológica comparativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 16., 2008, Caxambu. **Anais**... Caxambu: Abep, 2008.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Saúde da população negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005. 446 p.

BRASS, W.; COALE, A. J. Methods of analysis and estimation. *In*: BRASS, W. *et al*. **The demography of tropical Africa**. Princeton: Princeton University Press, 1973. v. 1. p. 88-104.

MIRANDA, V. **Measuring racial self-identification over the life course in Brazil, 1940-2013**. 2015. Tese (Doutorado) – University of Pennsylvania, Pennsylvania, 2015.

MUNIZ, J. O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. **Dados**, v. 55, n. 1, p. 251-282, 2012.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Nota metodológica sobre a desagregação de dados socioeconômicos por cor. *In*: **Desenvolvimento humano para além das médias**. Brasília: PNUD; Ipea; FJP, 2017. p. 80-93. Disponível em: <https://bit.ly/2qJY194>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Reginaldo da Silva Domingos

Assistente de Coordenação
Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Supervisão
Everson da Silva Moura
Leonardo Moreira Vallejo

Revisão
Ana Clara Escórcio Xavier
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Luiz Gustavo Campos de Araújo Souza
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Alice Souza Lopes (estagiária)
Amanda Ramos Marques (estagiária)
Isabella Silva Queiroz da Cunha (estagiária)
Lauane Campos Souza (estagiária)
Polyanne Alves do Santos (estagiária)

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Herllyson da Silva Souza
Jeovah Herculano Szervinsk Júnior
Leonardo Hideki Higa

Projeto Gráfico e Capa
Julia Libório

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe Myriad pro 11/13,2 (texto)
Myriad Pro bold (títulos)
Frutiger lt Pro (gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

ISBN 978-85-7811-350-6

ipea Institute for Applied Economic Research

MINISTRY OF ECONOMY